

CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI CNPJ 78.844.834/0001-70 Avenida Maringá, 660 – CEP 87111-000 – Sarandi – Pr.

Fone: (44)-4009-1750

E-mail: <u>legislativo@cms.pr.gov.br</u> Site: <u>www.cms.pr.gov.br</u>

PÁGINA 01

DESTINA-SE AO ARQUIVO GERAL PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 598/2024.

LIDO EM 05/02/2024. TOTAL DE PÁGINAS: 54.

ASSUNTO:- DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO NA LEI COMPLEMENTAR N° 248, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010, NA FORMA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AUTOR: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.

SANÇÃO E PROMULGAÇÃO EM 11/04/2024.

PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ – AMP, EM 25/04/2024, QUINTA-FEIRA, SOB O Nº 3010, PÁGINA 356.

Ofício de Encaminhamento no dia 09/04/2024 sob o nº 52/2024/CMS.

LEI COMPLEMENTAR Nº 461/2024



WWW.SARANDI.PR.GOV.BR Rua José Emiliano de Gusmão, 565 - cep: 87111-230 Fone: [44] 3264-2777 / 3264-8600

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº _____/2023

598124

SÚMULA: Dispõe sobre a alteração na Lei Complementar nº 248, de 17 de dezembro de 2010, na forma que especifica, e dá outras providencias.

A Câmara Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, aprovou e eu, WALTER VOLPATO, Prefeito de Sarandi, sanciono a seguinte Lei, de autoria do PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.

Art. 1º. Altera o art. 36 da Lei Complementar nº 248/2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 36 - As funções de confiança do cargo de Diretor Escolar ou Diretor de Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI, serão ocupadas por profissionais efetivos do quadro do magistério, com formação superior em Pedagogia e Especialização em Gestão Escolar ou, outra Licenciatura Plena na área da educação, e Especialização em Gestão Escolar, observada a experiência mínima de 03 (três) anos na função de docência ou de auxílio à docência, eleitos pelos princípios da gestão democrática, ou seja, por toda a comunidade da própria unidade escolar, compreendida pelo conjunto de trabalhadores da educação, alunos, pais ou responsáveis.





WWW.SARANDI.PR.GOV.BR Rua José Emiliano de Gusmão, 565 - cep: 87111-230 Fone: |44| 3264-2777 / 3264-8600

§ 1º - O processo de escolha para a função de confiança dos cargos de Diretor Escolar e Diretor de Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI, se dará por meio de avaliação prévia de mérito e desempenho, em conformidade com o art. 14, parágrafo 1°, inciso l da Lei Federal nº 14.113/2020, seguido de processo de consulta pública à comunidade escolar, baseadas nos princípios da Gestão Democrática, que deverá ocorrer nas Instituições de Ensino da Rede Pública Municipal, a cada 03 (três) anos.

§ 2º - As funções de confiança dos cargos de Diretor Escolar e de Diretor de Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI, serão ocupadas por profissionais efetivos do quadro do magistério que tenham sido aprovados em avaliação prévia de mérito e desempenho, e, posteriormente, escolhidos pela comunidade escolar, após consulta pública.

§ 3º - O mandato do diretor será de 03 (três) anos, sendo permitida uma única recondução.

§ 4º - Os critérios, normas e requisitos pertinentes ao processo de escolha para a função de confiança dos cargos de Diretor Escolar e Diretor de Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI, serão regulamentadas por meio de Decreto.

Art. 2°. Revoga o art. 54 da Lei Complementar nº 248/2010.

Art. 3°. Revoga o § 1° do art. 56 da Lei Complementar nº 248/2010.





WWW.SARANDI.PR.GOV.BR

Rua José Emiliano de Gusmão, 565 - cep: 87111-230

Fone: [44] 3264-2777 / 3264-8600

Art. 4º. Altera o art. 68 da Lei Complementar nº 248/2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 68. Os profissionais efetivos do quadro do magistério, ocupantes da função de confiança do cargo de Diretor Escolar ou Diretor de Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI, deverão cumprir jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais.

§ 1º Aos ocupantes da função de confiança do cargo de Diretor Escolar ou Diretor de Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI que tiverem jornada de trabalho inferior à estabelecida no caput desde artigo, será concedida complementação de vencimento, em código específico, proporcionalmente ao acréscimo da jornada, e terá como cálculo o vencimento base em que está posicionado o profissional, desde que possua somente um único vínculo de 20 horas semanais ou um único vínculo de 30 horas semanais.

§ 2º A complementação de vencimento não se constitui em horas extras, não se incorpora aos vencimentos, não gera estabilidade ou direito de conversão em cargo efetivo e, por ser de cunho eventual e transitório, extingue-se automaticamente pelo decurso de seu prazo de exercício.

§ 3º Não serão considerados para fins de complementação de vencimento os períodos em que o profissional ocupante da função de confiança do



www.sarandi.pr.gov.br Rua José Emiliano de Gusmão, 565 - cep: 87111-230 Fone: [44] 3264-2777 / 3264-8600

cargo de Diretor Escolar ou Diretor de Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI estiver de licença para tratamento de saúde, licença por motivo de doença em pessoa da família, licença maternidade/adotante e/ou paternidade, licença especial, férias, licença casamento, afastamento por motivo de luto e convocação para o serviço militar; júri e outros serviços obrigatórios por Lei.

- § 4° Os efeitos pecuniários decorrentes das alterações constantes no *caput* deste artigo passarão a vigorar a partir do próximo triênio, a partir de 2024.
- Art. 5º Os profissionais do magistério em efetivo exercício, que tenham interesse em concorrer ao cargo de Diretor Escolar ou Diretor de Centro Municipal de Educação Infantil CMEI, a partir do triênio de 2027, deverão apresentar obrigatoriamente no ato da inscrição, documentação comprobatória quanto à escolaridade exigida para o referido cargo, conforme disposto no art. 36 (formação superior em Pedagogia e Especialização em Gestão Escolar ou, outra Licenciatura Plena na área da educação, e Especialização em Gestão Escolar).
- **Art. 6° -** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário, e a lei nº 955/2001.

Paço Municipal, 13 de dezembro de 2023

WALTER VOLPATO
Prefeito Municipal





Rua José Emiliano de Gusmão, 565 - cep: 87111-230 Fone: [44] 3264-2777 / 3264-8600

JUSTIFICATIVA

I - MÉRITO:

Com a presente, dirigimo-nos a essa Egrégia Câmara de Vereadores, com a finalidade de apresentar justificativa pelo presente Projeto de Lei, cuja ementa "Dispõe sobre a alteração na Lei Complementar nº 248/2010, de 17 de dezembro de 2010, na forma que especifica, e dá outras providencias".

II - LEGALIDADE:

O presente Projeto de Lei Dispõe sobre a alteração na Lei Complementar nº 248/2010, de 17 de dezembro de 2010, na forma que especifica, e dá outras providencias".

No Art. 2º da Lei nº 9394/96 - Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) consta que a educação é dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tendo por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Em que pese as garantias constitucionais pertinentes ao ensino que constroem a educação enquanto um dos mais significativos direitos do cidadão, que consiste no dever do Estado externado mediante a garantia da oferta na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, obrigatório e gratuito, razões que por si, justificam plenamente a importância da função do Diretor Escolar ou Diretor de Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI, e,

Considerando que a jornada de trabalho na direção escolar tem a duração de 40 horas semanais, período este em que as Instituições de Ensino atendem aos educandos inseridos na rede municipal;





WWW.5ARANDI.PR.GOV.BR

Rua José Emiliano de Gusmão, 565 - cep: 87111-230

Fone: [44] 3264-2777 / 3264-8600

Considerando a dificuldade em interessados para concorrer ao pleito de Diretor Escolar ou Diretor de Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI, devido ao fato de laborar por 40 horas e receber somente por 20 horas ou 30 horas;

Considerando que não há como uma instituição de ensino funcionar sem a figura do Diretor Escolar ou Diretor de Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI, bem como de toda equipe administrativa e pedagógica;

Considerando que a função do Diretor Escolar ou Diretor de Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI, como responsável pela efetivação da gestão democrática, é a de assegurar o alcance dos objetivos educacionais definidos no Projeto Político Pedagógico da Instituição de Ensino (PPP); gerenciar as atividades pedagógicas, administrativas, financeiras e técnicas, zelando pelo cumprimento da legislação, normas educacionais e pela qualidade do ensino e aprendizagem; articular e promover, junto ao Conselho Escolar e Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF)/Associação de Pais, Professores e Funcionários (APPF), a integração da Instituição de Ensino com a comunidade em atividades educacionais e sociais, primando pela gestão democrática; acompanhar a frequência dos alunos e por meio da política intersetorial garantir a busca ativa dos alunos faltosos; estimular a participação dos pais na educação dos filhos, envolvendo-os no acompanhamento escolar e fortalecendo o vínculo entre pais e professores; assegurar o direito à escolarização àquele que não teve acesso ou continuidade de estudo na idade própria por meio da oferta da Educação de Jovens e Adultos (EJA), estudando a possibilidade de abertura de turmas, a partir da demanda existente; zelar pelo patrimônio público da Instituição de Ensino e desenvolver outras atividades afins; no âmbito de suas competências, executar os Recursos Financeiros do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE);

Considerando o trabalho intersetorial por conta das diversas situações de vulnerabilidade, abusos, violência que nossas crianças sofrem e que apesar de não ser efetivamente educacional, estão intimamente

Minuta e Justificativa elaborada pelo Secretaria Municipal de Educação Digitado pela servidora: Pollyanne Alves Tomaz e Silva – Auxiliar Administrativo - Secretaria: Gabinete do Prefeito OT SEAN OF SEA



www.sarandi.pr.gov.br Rua José Emiliano de Gusmão, 565 - cep: 87111-230 Fone: 1441 3264-2777 / 3264-8600

correlacionadas, pois sabemos que todas essas questões afetam de forma grave e significativa a aprendizagem;

Considerando a enorme responsabilidade que tais servidores têm em mãos, pois além de serem responsáveis por manter todas as questões pedagógicas e administrativas em perfeito funcionamento, são responsáveis pela vida de milhares de crianças;

Considerando que o cotidiano da Instituição de Ensino é muito dinâmico e engloba várias situações que ocorrem de forma planejada, mas também aquelas imprevistas. Não raras as vezes, a figura do diretor, precisa gerenciar alguns conflitos, mediar situações difíceis, responder a solicitações de órgãos da administração central, atender alguma demanda familiar que chega à unidade escolar como reclamação, solicitação ou busca de alguma informação e/ou resolução.

Nesse contexto, para alcançar a qualidade do atendimento em nossas Instituições de Ensino, deve-se valorizar o profissional que nela exerce suas funções, mais especificamente o Diretor Escolar ou Diretor de Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI, pois, como servidor, no dia a dia, dá direcionamento às questões acima elencadas além de todas as atribuições previstas no Regimento Escolar e Plano de Carreira, Cargos e Remuneração dos Profissionais do Magistério do Município de Sarandi.

Pelas razões expostas acima, é de extrema importância a concessão de complementação de vencimento, para o Diretor Escolar ou Diretor de Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI, afim de ajudar todos os encaminhamentos necessários para o bom desempenho dos trabalhos que acontecem nas Instituições de Ensino.

Propõe-se alteração na Lei Complementar 248 de 17 de dezembro de 2010, no artigo 36, revogação do art. 54 e do §1º do art. 56 e alteração no art. 68.

A presente proposição, visa alterar a forma da composição do vencimento recebido pelo servidor investido no cargo de Diretor Escolar ou Diretor de Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI.

Minuta e Justificativa elaborada pelo Secretaria Municipal de Educação Digitado pela servidora : Pollyanne Alves Tomaz e Silva – Auxiliar Administrativo - Secretaria : Gabinete do Prefeito



Rua José Emiliano de Gusmão, 565 - cep: 87111-230 Fone: [44] 3264-2777 / 3264-8600

Esperamos, assim, diante das razões aduzidas, que o projeto encontre favorável acolhimento de Vossa Excelência.

Sendo assim, com relação ao presente e conforme toda documentação que se apresenta junto a esta justificativa, solicitamos o acatamento do presente, na forma da legislação em vigor.

Atenciosamente,

Paço Municipal, 13 de dezembro de 2023

WALTER VOLPATO
Prefeito Municipal





WWW.SARANDI.PR.GOV.BR Rua José Emiliano de Gusmão, 565 – cep: 87111–230 Fone: [44] 3264-2777 / 3264-8600

OFÍCIO Nº 100/2023

Sarandi, 13 de dezembro de 2023.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

O Gabinete do Prefeito vem por meio deste encaminhar junto ao seguinte Projeto de Lei, Parecer Jurídico – PJMS e Justificativa, para a análise de Vossa Excelência em regime de urgência:

I - Projeto de Lei: "Dispõe sobre a alteração na Lei Complementar nº
 248, de 17 de dezembro de 2010, na forma que especifica, e dá outras providencias".

Aproveitamos o ensejo para reafirmar os nossos protestos de elevada consideração e apreço.

Atenciosamente,

WALTER VOLPATO

Prefeito de Sarandi-PR

EXMO. SR.
EUNILDO ZANCHIM "NILDÃO"
DD. Presidente da Câmara Municipal
SARANDI

CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI RECEBIDO PELA DIVISÃO DE PROTOCOLO - DPR

Hora:

or: Camilo

Minuta e Justificativa elaborada pela Secretaria Municipal de Educação
Digitado pela servidora: Pollyanne Alves Tomaz e Silva – Auxiliar Administrativo - Secretaria: Gabinete do Prefeito





Rua Salvador Jordano, nº 677 - Cond. Comercial Dona Julia FONE: 1441 3264- 8750 .

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

OFICIO N.º 1630/2023

Sarandi, 04 de dezembro de 2023.

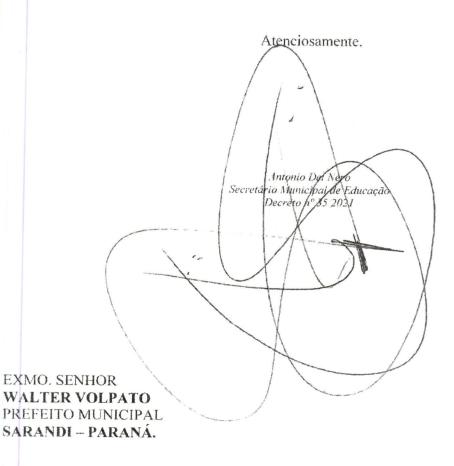
Assunto: Encaminhamento de Planilha de Impacto Orçamentário referente a proposição da alteração da Lei Complementar 248/2010.

Exmo. Senhor:

Considerando a proposição de alteração da Lei Complementar 248/2010, por meio do Oficio 1014/2023, retificado pelo Oficio 1202/2023;

Considerando solicitação do gabinete com relação ao impacto orçamentário.

Encaminhamos a planilha de impacto orçamentário referente à proposta de alteração da Lei Complementar 248/2010, especificamente no que diz respeito ao pagamento de segundo período para os cargos de professor 20 horas e educador infantil 30 horas.



05/13/13/20 The Superior



Rua José Emiliano de Gusmão, 565 - Cx. Postal 71 - CEP. 87111-230 Fone: (44) 3264-8600 - www.sarandi.pr.gov.br SARANDI - PARANÁ

DECLARAÇÃO

Em cumprimento as determinações contidas na Lei Complementar nº 101/2000, de 04/05/2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal, DECLARAMOS na qualidade de ordenador de despesa, que o aumento da despesa de pessoal para acréscimo de valores referente ao pagamento de segundo período para os cargos de Professor 20 horas e Educador Infantil 30 horas, conforme estimativa de impacto orçamentário-financeiro, consolidado no exercício de 2023 e nos dois subsequentes, em anexo, possui adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, deste Município.

Declaramos que o artigo 34, da Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2838/2022, de 01/08/2022, do exercício de 2023, com fundamento no disposto no artigo 169, § 1º, inciso I e II, da Constituição Federal, contêm autorização, a seguir transcrito:

"Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO nº. 2838/2022, de 01/08/2022, do exercício de 2023.

Art. 34 - Para fins de atendimento ao disposto no inciso II, do § 1º, do artigo 169, da Constituição Federal, observado o preceito contido no inciso I do mesmo dispositivo, ficam autorizadas as concessões de vantagens. aumentos remuneração ou subsídio, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, realização de concursos públicos para provimento de cargos públicos, bem como admissões ou contratações de pessoal pela administração direta e indireta deste Município e pelo Poder Legislativo Municipal, respeitadas as limitações constitucionais, legais e descritas nesta Lei, especialmente as determinações estabelecidas pela Lei Complementar 101/2000. de 04/05/2000 Responsabilidade Fiscal e de conformidade com o inciso II, do artigo 37, da Constituição Federal.

DECLARAMOS também, em atendimento à Lei Complementar nº 101/2000, de 04/05/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, que a origem dos recursos para acréscimo de valores referente ao pagamento de segundo período para os cargos de Professor 20 horas e Educador Infantil 30 horas, está devidamente prevista nas respectivas dotações orçamentárias da Secretaria Municipal de



Rua José Emiliano de Gusmão, 565 - Cx. Postal 71 - CEP. 87111-230 Fone: (44) 3264-8600 - www.sarandi.pr.gov.br SARANDI - PARANÁ

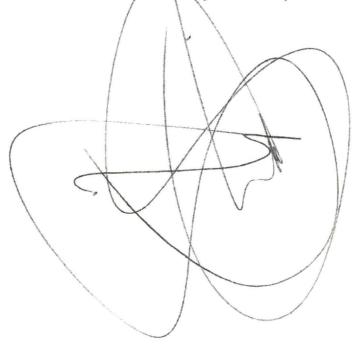
Educação, constantes na Lei Orçamentária Anual-LOA nº. 2873/2022, de 19/12/2022, do exercício de 2023, suplementadas se necessário, dentro dos limites estabelecidos pela legislação vigente.

E por ser a expressão da verdade, firmamos a presente Declaração para que produza os seus efeitos legais.

PAÇO MUNICIPAL, 04 de dezembro de 2023.

WALTER VOLPATO Prefeito Municipal

ANTONIO DEL NERO Secretário Municipal de Educação







Rua José Emiliano de Gusmão, 565 - cep: 87111-230 FONE: 1441 3264- 3600 / FONE: (44) 3264- 8620 (CABINETE)



SECRETARIA DA FAZENDA

ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

Em resposta ao Ofício nº 1620/2023, da Secretaria Municipal de Educação de Sarandi e para fins de atendimento ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/00), art. 15, 16, 17 e 21, emite-se o presente Cálculo do Impacto Orçamentário-Financeiro decorrente do aumento de gastos com pessoal oriundo do pagamento de segundo período para os cargos de professor 20 horas e educador infantil 30 horas, conforme segue:

Anexo A: Previsão do custo com o pagamento de segundo período para os cargos de professor 20 horas e educador infantil 30 horas, no qual considerou-se a quantidade e o valor mensal que consta no Oficio nº 1620/2023, sendo realizados os cálculos para o pagamento mensal, bem como a provisão de adicional de férias, 13º salário e previdência, obtendo-se o valor mensal e anual do gasto.

Anexo B: Previsão do impácto do aumento da despesa com pessoal do Anexo A em relação à Receita Corrente Líquida do exercício atual e nos dois exercícios subsequentes, tendo em vista os valores consolidados obtidos no Demonstrativo da Receita Corrente Líquida 2018-2025 e na Memória de Cálculo das Metas Anuais da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2023, nos quais constam valores projetados - logo, a estimativa do impacto considerou essas previsões de Receita e Despesa, que podem ou não se concretizar, de modo que, fica a cargo do Gestor o acompanhamento da realização das receitas e despesas para decidir acerca do pagamento do segundo período.

Anexo C: Apresentação da Despesa com Pessoal e seu percentual sobre a Receita Corrente Líquida atual e dos dois exercícios anteriores, para fins de comparação.

Conclui-se que, se mantido o valor da Receita Corrente Líquida Ajustada atual de R\$ 343.111.266,68 e acrescentado o valor da previsão do aumento deste cálculo (proporcional a 1 mês) de R\$ 43.041,96 à despesa de pessoal atual, que é R\$ 168.273.063,68, é possível que a despesa com pessoal - que atualmente se encontra acima do limite de alerta - passe a representar 49,06% da Receita Corrente Líquida Ajustada no exercício de 2023.

Sarandi-PR, 29 de novembro de 2023.

MAIARA MIRANDA Contadora

JOSÉ SIDNEY GREMES Secretário de Fazenda



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI WWW.SARANDI.PR GOV.BR Rua José Emiliano de Gusmão, 565 - cep: 87111-230



FONE: (441 3264- 8600 / FONE: (44) 3264- 9620 (SABINETE)

SECRETARIA DA FAZENDA



ANEXO A

CARGO	QUANTIDADE	VENC	IMENTOS	VEN	TOTAL ICIMENTO IENSAL	PA	RIGAÇÃO TRONAL ENSAL		FÉRIAS ENSAL	13º I	MENSAL	OBRI PATRO	GAÇÃO DNAL 13°	TOTA	L MENSAL	тот	AL ANUAL
PROFESSOR 20 HORAS PARA	6	RS	3.585.61					R\$	896,40	R\$	1.792,81	R\$	310,69	R\$	28.241,88	R\$	338.902,53
ATUAR NA DIREÇÃO EDUCADOR INFANTIL 30 HORAS	6	RS	1.879.03							R\$	939,52	R\$	162,82	R\$	14.800,09	R\$	177.601,03
PARA ATUAR NA DIREÇÃO TOTAL	12	R\$	5.464,64							R\$	2,732,32	R\$	473,51	R\$	43.041,96	R\$	516.503,56





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI

WWW.SARANDI.PR.GOV.BR

Rua José Emiliano de Gusmão, 565 - cep: 87111-230

FONE 1441-3264-8600 / FONE 1441-3264-8620 (GABINETE)

SARANDI CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA

SECRETARIA DA FAZENDA

ANEXO B

PREVISÃO DO IMPACTO COM AUMENTO DE GASTOS COM PESSOAL - EXER	cício anaa
PREVISAU DO AUMENTO - PROPORCIONAL A 1 MÊS - dezembro (a)	R\$ 43.041.96
DESPESA COM PESSOAL PREVISTA PARA 2023 (b)	R\$ 211.856.336,00
DESPESA COM PESSOAL CONSIDERANDO O INCREMENTO (c) = (2)+(b)	RS 211.899.377,96
RECEITA CORRENTE LIQUIDA PREVISTA PARA 2023 (d)	R\$ 422.352.172,69
PREVISÃO DE IMPACTO DO AUMENTO SOBRE A RCL (e) = (a)/(d)*100	0.01%
PREVISÃO DE ÍNDICE DE DESPESA COM PESSOAL APÓS AUMENTO (f) = (c)/(d)*100	50,17%
LIMITE MÁXIMO	54,00%
LIMITE PRUDENCIAL	51,30%
LIMITE DE ALERTA	48,60%

PREVISÃO DO IMPACTO COM AUMENTO DE GASTOS COM PESSOAL - EXER	CÍCIO 2024
PREVISAO ANUAL DO AUMENTO (a)	RS 543.061,56
DESPESA COM PESSOAL PREVISTA PARA 2024 (b)	R\$ 222.715.301,00
DESPESA COM PESSOAL CONSIDERANDO O INCREMENTO (c) = (a)+(b)	R\$ 223.258.362,56
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA PREVISTA PARA 2024 (d)	R\$ 446.316.821,69
PREVISAD DE IMPACTO DO AUMENTO SOBRE A RCL (a) = (a) (d) 1401400	0,12%
PREVISÃO DE ÍNDICE DE DESPESA COM PESSOAL APÓS AUMENTO (f) = (c)/(d)*100	50,02%
LIMITE MÁXIMO	54,00%
LIMITE PRUDENCIAL	51,30%
LIMITE DE ALERTA	48,60%

PREVISÃO DO IMPACTO COM AUMENTO DE GASTOS COM PESSOAL - EXER	CÍCIO 2025
PREVISAD ANUAL DO AUMENTO (a)	RS 576.415,75
DESPESA COM PESSOAL PREVISTA PARA 2025 (b)	R\$ 234.193.216.00
DESPESA COM PESSOAL CONSIDERANDO O INCREMENTO (c) = (a)+(b)	R\$ 234.769.631.75
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA PREVISTA PARA 2025 (d)	R\$ 471.237.556,69
PREVISÃO DE IMPACTO DO AUMENTO SOBRE A RCL (e) = (a)/(d)*100	0,12%
PREVISÃO DE ÍNDICE DE DESPESA COM PESSOAL APÓS AUMENTO (1) = (c)/(d)*100	49,82%
LIMITE MÁXIMO	54,00%
LIMITE PRUDENCIAL	51,30%
LIMITE DE ALERTA	48,60%

INPC	referente período: 11/2022 a 10/2023	4.14%
2024: Acré:	scimo de 1% em relação ao ano anterior	5,14%
2025: Acre:	scimo de 1% em relação ao ano anterior	6,14%





Rua José Emiliano de Gusmão, 565 - cep: 87111-230

FONE (44) 3264-8600 / FONE: (44) 3264-8620 (GABINETE)



SECRETARIA DA FAZENDA

ANEXO C

DESPESA COM PESSOAL - EXERCÍCIO 2023	
DESPESA COM PESSOAL*	R\$ 168.273.063,68
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA*	R\$ 343.111.266,68
% SOBRE A RCL AJUSTADA	49,04%
LIMITE MÁXIMO	54,00%
LIMITE PRUDENCIAL	51,30%
LIMITE DE ALERTA	48,60%

*Valores obtidos no DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL gerados pelo SIM-AM referente ao último período enviado (10/2022 A 09/2023).

0
2
R\$ 150.250.215,44
R\$ 317.372.825,95
47,34%
54,00%
51,30%
48,60%

DESPESA COM PESSOAL - EXERCÍCIO 2021	
DESPESA COM PESSOAL	R\$ 122.767.198,34
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA	R\$ 270.264.983,65
% SOBRE A RCL AJUSTADA	45,42%
LIMITE MÁXIMO	54,00%
LIMITE PRUDENCIAL	51,30%
LIMITE DE ALERTA	48,60%





MUNICIPIO DE SARANDI

Estado do Paraná

Exercício:

2023

Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - 2018 a 2025

2025	2024	2023	2022	2021	2020	2019	2018	Especificação
497.833.356,69	471.646.021.69	446.475.172,69	374.443.993,23	274.334.792.65	258.804.699.06	227.566.564.78	190.458.522,40	RECEITAS CORRENTES (I)
and the second of the second of the second	67.431.069.00	64.187.055,00	70.977.300.00	52.905.626.00	42.581.424,12	38.693.899.40	34.049.796,34	Impostos. Taxas e Contribuições de Melhoria
	14.430.200,00	13.741.800,00	12.171.300,00	9.234.320.00	7.608.852.21	7.033.683.17	6.294.442,90	IPTU
	15.154.000,00	14.433.100,00	13.706.700.00	9.807.540.00	9.611.259,94	8.459.631.97	7.471.005,22	ISS
	12.855.500.00	12.243,500,00	11.391.000,00	8.838.940.00	8.609,479,16	7.399.406.78	6.537.589.80	ITBI
	9.450.000.00	9.000.000,00	6.740,000,00	6.071.000.00	5.114,253.07	4.357.739.10	3.766.351,42	IRRF
	15.541.369,00	14.768.655,00	26,968,300,00	18.953.826.00	11.637.579,74	11.443.438.38	9.980.407.00	Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhor
	43.257.298,00	39.841.263,00	34.249.900,00	8.980.470,00	9.803.838,20	8.586.513.02	6.617.316.68	Contribuições
graph and the second se	26.176.659,00	23.618.988.00	13.581.356,17	17.554.138.00	17.110.726,56	11.384.396.82	12.755.502,01	ReceitaPatrimonial
	5.017.694,00	4.781.838.00	468.356,17	3.557.138,00	305.761.29	1.059.696.82	1.668.702,01	Rendimentos de Aplicações Financeira
	21.158.965,00	18.837.150.00	13.113.000,00	13.997.000.00	16.804.965.27	10.324.700.00	11.086.800.00	Outras Receitas Patrimoniais
	0.00	0,00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	Receita Agropecuária
	0,00	0,00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	Receita Industrial
- 4-0	51.557.445,69	49.643.177.69	29.938.040,37	26.043.077.83	24.931.439.66	22.551.790.75	21.147.937.03	Receita Serviços
	259.174.096.00	246.831.742.00	208.732.451.69	154.431.115.82	149.772.642.20	131.044.113.08	104.481.537,70	Transferências Correntes
	96.075.000.00	91.500,000,00	68.200.000,00	58.395.000,00	48.060.914.20	50.275.591.00	46.261.607.56	Cota-Parte do FPM
25.909.000,00	24.675.000.00	23.500.000,00	22.000.000.00	21.000.000.00	15.545.380.24	15.413.172.74	15.676.305,28	Cota-Parte do ICMS
16.207.000,00	15.435.000.00	14.700.000,00	14.000,000,00	13.000.000,00	10.340.249,02	9.434.554.77	8.674.265,11	Cota-Parte do IPVA
	105.000.00	100,000.00	70,000,00	69.500.00	60.880.45	61.565.29	63.570,67	Cota-Parte do ITR
	0,00	0.00	0.00	115,000,00	0.00	0.00	100.098,24	Transferências LC 87/1996
	331.000,00	315.000.00	300,000,00	312,000.00	253.961.34	242.322.89	271.760.25	Transferências LC 61/1989
	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	00.00	Transferências do FUNDEB
	122.553.096.00	116.716.742.00	104.162.451.69	61.539.615.82	75.511.256.95	55.616.906.39	33,433,930,59	Otaras Transferências Correntes
	24.049.454.00	22.352,947,00	16.964.945.00	14.420.365.00	14.604.628.32	15.305.851.71	11.406.432.64	Outras Receitus Correntes
26.595.800.00	25.329.200.00	24.123.000.00	19.874,000,00	17.746.900.00	14.057.825,39	14.283.783.61	13.463.153.86	DEDUÇÕES (II)
	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência
0.00	0.00	00.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0,00	Compensação Financ entre Regimes Previdência
26.595.800,00	25.329.200,00	24.123.000,00	19.874.000,00	17.746.900.00	14.057.825.39	14.283.783,61	13.463.153,86	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB
	446.316.821.69		354.569.993.23	256.587.892,65	244.746.873.67	213.282.781.17	176.995.368.54	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I - II)



WALTER VOLPATO
Prefeito Municipal

Secretario Municipal de Planejamento

www.elotech.com.br

)23 Pásina: 1



MUNICIPIO DE SARANDI Estado do Paraná

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULODAS METAS ANUAIS II - DESPESAS

Art 4°, § 2°, inciso II da LRF

2023

Consolidado

RS

ESPECIFICAÇÃO	REALI	ZADA	ORÇADA	PREVISÃO				
**************************************	2020	2021	2022	2023	2024	2025		
DESPESAS CORRENTES (I)	215.087.153,64	250.186.065.10	285.888.518,69	352.920.685,01	370.921.248.01	389.359.210,01		
Pessoal e Encargos Sociais	133.132.203,87	143,974,714,70	175.137.460,08	211 856.336,00	222.715.301,00	234 193 216.00		
Juros e Encargos da Dívida	750.668,84	1.249.306,98	1.500.000,00	2.500.100,00	2,625,100,00	2.756,350,00		
Outras Despesas Correntes	81.204.280,93	104.962.043,42	109.251.058,61	138.564,249,01	145.580.847,01	152,409,644,01		
DESPE <mark>S</mark> AS DE CAPITAL (II	28.329,347,94	25.370,760,73	78.087.993,53	86.444.392.09	87.556.537.09	89.155.635.09		
Investimentos	25.455.286,89	21.579.828,40	73.682.993,53	77.209.679,09	77.889.725,09	79.002.691.09		
Inverções Financeiras	0,00	0,00	0,00	0.00	0.00	0.00		
Amortização da Dívida	2.874.061,05	3.790.932,33	4,405,000,00	9.234,713,00	9.666.812,00	10.152.944.00		
RESER <mark>V</mark> A DE CONTINGENCIA (III	0,00	0.00	28.624.874,10	34.542.622.90	39.394.563,90	44.278 <mark>.</mark> 238,90		
TOTAL <mark>(IV=(I+II+III)</mark>	243.416.501,58	275.556.825,83	392,601,386,32	473.907.700,00	497.872.349,00	522.793.084,00		

SARANDI 24 de abril de 2023

Comentários

TER VOLPATO

Prefeito Municipal

Alcides Ferreira

Secretário Municipal de Planejamento

MUNICÍPIO DE SARANDI RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL 10/2022 A 09/2023

RGF - ANEXO 1 (LRF, Art. 55, inciso I, alinea "a")

R\$ 1.00

						DESPESA	S EXECUTADA	S (Últimos 12	Meses)					
DESPESA COM PESSOAL							LIQUIDADAS							INSCRITAS EM
- 301 301 100 11 11 11 11 11 11 11 11 11 11 11	Out/2022	Nov/2022	Dez/2022	jan/2023	Fev/2023	Mar/2023	Abr/2023	Mai/2023	Jun/2023	Jul/2023	Age/2023	Set/2023	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b) 2
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (1)	14.490.911,89	14.675.232,81	28.822.716.75	14.942.247,28	15.397.432,25	24.352.851,04	16 972 689,66	17.034,987,63	16.962.559,69	16.993.100,16	17.088.518.45	17.296,773,92	(a)	
Pessoal Attvo	11.834.907,74	12.136.288,85	24.150.621,07	12.531,610,66	12.947.201.78	21.461.308,88	13.897.211.10	13.865.526,24	14.094.945,23	14.091.078,35	13.815.068.00	14.132.460,96	215.030.121,53	869.917,66
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	10.443.633,78	10.751.173,94	21.438,999,57	11.009.941.00	11.442.614,65	19.862.744,73	12.312.658,24	12.288.624,04	12.514.759,71	12.512.409.89	12.237.783,67	12.557,901,41	178,958,228,86 159,373,244,63	220.265,05 220.265,05
Obrigações Patronais	1.391.273,96	1.385.114,91	2.721.621.50	1.521.669,66	1.504.587,13	1.598.564.15	1.584.552,86	1.576.902.20	1.580.185.52	1.578.668,46	1.577.284.33			
Pessoal inativo e Pensionistas	2.184 909,31	2,213,009,88	4.304.518,32	2.410.636,62	2.354.648,26	2.558.124.46	2.583.692.75	2.618.787.19	2.604.452.55	2,513,631,92	2.613,447.86	1.574.559,55	19.584.984,23	0,00
Aposentadorías, Reserva e leformas	1.893.206,18	1.921 684,49	3.728,568,01	2.104.943,18	2.034.762,99	2.193.953,37	2.250,523,91	2.278.74069	7.280.318,62	2.285.371,97	2.813.447.86	2.620.418,96 2.297.750,02	31.685.278.08 27.559.254,83	13.881,34
Pensões	291,703,13	291.325,39	575,950,31	305.693,44	319.885,27	364.171,09	338.168,84	340.046.50	324,133,93	328.259,95	324.026.46	322.658,94		
Outras Despesas de Pessoai ecorrentes de Contratos de ercerrização (§ 1º do art. 18 da RF)	471.094,84	325.934,08	367,577,36	0.00	95.582,21	333.417,70	486.785,81	550.674.20	263.261,91	288:389,89	660.002.59	543.894.00	4.126.023,25 4.386.614.59	961,28 635,771,27
Outras Despesas de Pessoal ecorrentes de Contratos de erceirização (exceto elemento 34)	0.09	0,00	9.00	0.00	0.00	0.00	6,00	0.00	0,00	0,00	005,0	6,60	0.00	66,6
Despessi com Pessoal não (xecutada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	00,0	0,00	0.00	0,00	0.00	0.0	0,00	9,00
PESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º part 19 da LRF) (II)	2.877.447.03	2.778.858,32	4.793.782,95	2.620.961,85	2.538.208,46	10.934.566,16	3.597.968 85	3.568.090,18	3.596,411,86	3.425.125,19	3.397.303.33	3.485.269,99	47.613.094,17	13.881,34
Indenizações por Demissão e acentivos à Demissão Voluntária	252.436.26	385.851,61	50.07 < 30	209.425.23	:63.560,20	7.872.877.44	487.669.30	435.743.34	448.106.64	486.076,85	453.217.25	34% : 22 : : .	11.611.158,53	0,90
Decorrentes de Decisão Judicial de eriodo anterior ao da apuração	0,00	0,00	se.	0.00	0,00	0.00	0.00	0,00	0,00	0.00	0.00	.c.oa	6,00	0,00
Despes is de Exercicios Anteriores e periodo anterior ao da apuração ³	-	de de la companya del companya de la companya del companya de la c	difference and the second	- version and our	Manage Constitution of the	~		~		All parties and the second	Various Valence Anna Control V	PORMA VALESTINANA	-	
nativos e Pensionistas com ecursos Vinculados4	2.184.909,31	2.213.009.86	43045.432	2.419.636,62	2.354.648,26	2.558.124.46	2.588.692,75	2 618.787,19	2.604.452,55	2,613,631,92	2.613.447.86	2 620 418 96	31.685.278,08	13.881,34
Despesas custeadas com recursos anceiros repassados pela União ra pagamento da vencimento ou qualquer outra vantagem dos entes comunitários de saúde e dos entes combate ás endemias (§ JEC 120/2022)	440.101.46	179,993,83	\$39 <u>;</u> \$3	0.00	0,00	503,564,26	S21 e10 80	51 2.559 ,65	543.852,67	325.416,42	330.638,22	51 [©] 728,92	4.316.657,56	6,00
Instrução Normativa TCE/PR 5/2011	0.00	0,00	, × × × × × × × × × × × × × × × × × × ×	0.00	0.00	0,00	(* :XX	≥.CO	0,00	0,00	0.00	5,00	0,00	0,00
Penstanistas	0,00	0,00	11%	9.00	0,00	0.00	2,69	(1, O)	eg	0.00	5.00	90,0	8.00	0.00

Fonte a stema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal (SIM-AM), Tribunal de Contas do Estado do Paraná Pados Cacessados em: 28/10/2023 03:33 | Relatório emitido em: 31/10/2023 15:13 598124

MUNICÍPIO DE SARANDI

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO

ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

10	120	77	4 09	/2023
LU	160.	ha Lu	71 07	1 40 40

. . . 1

IRRF	0,00	0,00	0,00	00,0	0,00	90.0	0,00 13.374,720,81	0,00	13,366.247,33	13,567,974,97	1.691315,12		3,93 167.417.027,36	856.036.32	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	11.613.464.86	11,896,374,49	24.028.933,80	12,322,185,43	12.859.223,79	13.418.294,88	,3,374,720,01	13.460.077,73							
		APURA	ÇÃO DO CUMP	PRIMENTO DO	LIMITE LEGA	I,				VA	LOR		% SOBRE A RCL A	JUSTADA	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)											348.108.8	398,68	*		
	(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A. § 1º, da CF) (V)										1.102.0	00,00	-		
(-) Transferências obrigatórias da Un										0,00			-		
(-) Recursos destinados ao pagament					odemias (\$ 11 da	art 198 d. CF F	C 120/22\(VII)			3.895.632,00			-		
										343.111.266.68					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUST			OA DESPESA CO	IM PESSOAL (VII] = (IV - V - VI - V	11)					168.273.	063,68	49,04%		
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DT	P (VIII) = (III a - II	lb)									185.280	.084.01	54%		
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, Il è I	II do art.20 da LRF) - 54%									176.016		51,3%	***	
LIMITE PRUDENCIAL (X) (parágrafo	único do art.22 da	LRF) - 31,3%									-		48,6%		
LIMITE DE ALERTA (XI) (inciso II do	§ 19 do art. 59 da	LRF) - 48,6%									166.752	.075,01			

- 2. Nos demonstrativos elaborados no primeiro a no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores da columa: "INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)", relativos sos valores inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses varores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos. No entanto, excepcionalmente, pera o exercício de 2023, considerando que houve ajuste no cálculo desta coluna, estes valores poderão ser divergentes dos apurados em 2022.
- 3. Na linha denominada "Despesas de exercícios anteriores de periodo anterior ao da apureção" não serão apresentados valores, tendo em vista que a entidade efetua o reconhecimento e apropriação de caspesas não empenhadas, por meio da utilização das tabelas:
- Despesa Nao Empenhada e Apropriaca o Despesa Nao Empenhada do SIM-AM, estes valores já são incluidos/deduzidos nas respectivas linhas do demonstrativo de acordo com a despesa (Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Vanaves, Oprgações Patronais...). 4. A partir de 2021, os valores repassados ao RPPS a título de copertura de insuficiências financeiro, especificamente nas contas cdClasse + cdGrupo + cdSubtrulo apurados na linha Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados do quadro da DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF), deste demonstrativo. Destaca-se, ainda, que a partir de 2022 cada poder (executivo e legislativo) deverá efetuar o repassee para cohertura do noficir para
- 5. De acordo com o art. 15, da LC 178, o Poder ou órgão cuja despesa total com pessoal ao término do exercicio de 2021 estiver acima do limite estabelecido no art. 20 da LRF poderá eliminar o excesso à razão de, pelo menos, 10% (dez por cento) a cada exercicio a partir de 2023, de forma que, ao final de 2032, cada Poder ou órgão esteja enquadrado nos limites estabelecidos no art. 20 da LRF.
- 5.2. Caso a redução de 10% não tenha sido observada ao final de determinado exercício, aplicam-se as restrições serão suspensas a dartir da constatação da .RF. No entento, havendo a regularização no primeiro ou no segundo quadrimestre do exercício seguinte, as restrições serão suspensas a dartir da constatação da .RF. No entento, havendo a regularização no primeiro ou no segundo quadrimestre do exercício, aplicam-se as restrições do §3º do art. 23 da .RF. No entento, havendo a regularização no primeiro ou no segundo quadrimestre do exercício, aplicam-se as restrições do §3º do art. 23 da .RF. No entento, havendo a regularização no primeiro ou no segundo quadrimestre do exercício, aplicam-se as restrições do §3º do art. 23 da .RF. No entento, havendo a regularização no primeiro ou no segundo quadrimestre do exercício, aplicam-se as restrições do §3º do art. 23 da .RF. No entento, havendo a regularização no primeiro ou no segundo quadrimestre do exercício, aplicam-se as restrições do §3º do art. 23 da .RF. No entento, havendo a regularização no primeiro ou no segundo quadrimestre do exercício, aplicam-se as restrições do §3º do art. 23 da .RF. No entento, havendo a regularização no primeiro ou no segundo quadrimestre do exercício, aplicam-se as restrições do §3º do art. 23 da .RF. No entento, havendo a regularização no primeiro ou no segundo quadrimestre do exercício, aplicam-se as restrições do §3º do art. 23 da .RF. No entento, havendo a regularização no primeiro ou no segundo quadrimestre do exercício, aplicam-se as restrições do segundo quadrimestre do exercício, aplicam-se as restrições do segundo quadrimestre do exercício, aplicam-se as restrições do segundo quadrimestre do exercício a seg redução.
- 5.3. Caso o Poder ou órgão se enquadre no limite antes do prazo de 10 anos estabelecido pela Lei, eles passarão a observar, no momento do encuadramento, as contagens de prazo e as disposições do art. 23 da LRF.
- 5.4. O disposto no art. 15 da LC 178/2021 não se aplica aos Poderes ou órgãos que não estiverem com a limite da despesa com pessoal excecido ao final do exercido de 2021. Assim, caso o ente ultrapasse o limite em momento posterior (por exemplo, no primeiro quadrimestre/semestre de 2022) deverá
- observar as contagens de prazo e as disposições estabelecicas no caput do art. 23 da LRF. 6. A Instrução Normativa TCE/PR 56/2011, a partir de agosto/22, deixa de ser aplicada para fins de apuração do índice de pessoal com pase na Instrução Normativa TCE/PR 174/2022, publicada em 16/08/2022 no Diáno Eletrônico do TCE-PR.

Fonte: Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal (SIM-AM), Tribunal de Contas do Estado do Paraná Dados processados em: 28/10/2023 03:33 | Relatório emitido em: 31/10/2023 15:13

0,00

0,00

neol

MUNICÍPIO DE SARANDI RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL 01/2022 A 12/2022

RGF - ANEXO 1 (LRF, Art. 55, inciso l, alínea "a")

			-			DESPESA	S EXECUTADA	S (Últimos 12	Meses)					
DESPESA COM PESSOAL							LIQUIDADAS							INSCRITAS E
	Jan/2022	Fev/2022	Mar/2022	Abr/2022	Mai/2022	Jun/2022	Jul/2022	Ago/2022	Set/2022	Out/2022	Nov/2022	Dez/2022	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (1)	11581.204,38	12.178.640,17	14.119.900.98	13.478.887,60	14.084.721,73	14.043.136,13	14.623.024.63	15.171.916.49	14 391,138,99	:4100 511 50			(a)	(b) ²
Pessoal Ativo	9.774.398,05	10.352,236,04	11.827.411,46	11.368.829,57	11,690,568,81	11.531.546,46	12.105.320,02	12.684.229.71		14.490.911,89	14.675.232,81	28.822.716,75	181.561.432,65	841.666,2
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	8.598.048,17	9.178.417,66	10.514.454,03	10.047.651.38	10.344.611,93	10.166.876,04	10.690.105,50	11.227.829,98	11.974.229,91 10.581.879,94	11.634.907,74 10.443.633,78	12.136.288,85 10.751.173,94	24.150.621,87 21.438.999,57	191,439,387,69 133,983,681,92	170.265,0 170.265,0
Obrigações Patronais	1.176.349,88	1.173.818,38	1.312.957,43	1.321.178.19	1.345.956,88	1.364.670.42	1.415.214.52	1.456.399.73						
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.806.806,33	1.826.404,13	2.009.585,53	2.032.922.36	2.065.834.53	2.073,083,32			1.392.349;97	1.391,273,96	1.385.114,91	2.711,621,50	17.446.905,77	0.0
Aposentadorias, Reserva e	1.532.427,08	1.543.796,36	1.732.491.68	1.754.261,48	1.764.520.16		2.095,378,79	2.135.095,39	2.163.746.31	2.184.909,31	2.213.009,88	4,304.518,32	26.911.284.20	11,1
Reformas				17 5 1.201,40	2.764.520,10	1.791.035,20	1.908.561,68	1.845.451,83	1.073,992,21	1.893.206,18	1,921,684,49	3.728.568.01	23:209,996.30	.0,6
Pensões	274.379,25	282.607.77	277.093,85	278.660,88	281.304,43	282.048,12	286.817,11	289.643.56	289.754,10	291.703.13	291.325,39			
Outras Despesas de Pessoal ecorrentes de Contratos de erceirização (§ 1º do art. 18 da	0,00	0,00	282.903,89	77.135.87	328.328,39	438.506.35	422.325,82	352.591,39	253,162,77	471.094,84	325.934.08	575.950,31 367.577,36	3.701.287,90 3.312.566.76	0,0 671.401.2
Outrus Despesas de Pessoal ecorrentes de Contratos de erceirização (exceto elemento 34)	0,00	0,00	0,60	0,00	9.00	0,60	0.00	0.00	000	0.00	0.00	0,00	600	0,0
Despesa com Pessoal não xecutada Orçamentariamente	0,00	00,0	2,00	0,00	0,00	0,00	0,60	00,0	0,00	0,00	0,00	0,00	ű Óu	200
ESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º ort. 19 da LRF) (II)	1870.166,08	2.015.327,33	2.785.813.37	2,174,952,65	2.537.541,60	2.250.094,92	2.395.996,99	2.809.996.33	2.967.905,93	2.877.447,03	2.778 858,32	4.793.782,95	32.23 / ang.so	0.0
Indenizações por Démissão e centivos à Demissão Voluntária	63.359,75	188.923,20	776.237,84	:42 0 - 0 29	471.717,07	177.011,60	300.619,20	674 000,94	358.772.67	252.436,26	385.854,61	50.073,50	3.8-: 1925,73	0.0
Decorrentes de Decisão Judicial de eriodo anterior ao da apuração	3,00	0,00	0,00	0.00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.00	0,00	0,00	11,90	c.n
Despesas de Exercícios Anteriores e período anterior ao de apunação 4	The second secon	A section of the sect	of Contract of Con	,	-		A constant	addedon on womanana	on the state of th	e energy of the second	~	mountain of disks : as as	dell'omorphismoso.	
Inativos e Pensionistas com ecursos Vinculades 4	1.806.806,33	1.826.404,13	2.009.585,53	2.032.9:2.36	2.065.824,53	2.073.083,32	2.095,378,79	2.135.095,39	2 163,746,31	2.184.909,31	2.213.009,88	4.304.518,32	26.911.281,20	0.0
despesas custeadas com recursos anceiros repassados pela União ra pagamento do vencimento ou qualquer outra vantagem dos entes comunitários de scúde e dos entes de combate às encenuas (§ , EC 120/2022)	0.00	0,60	0,00	100	0.00	0,00	0,00	0.00	449.386,93	440.101,46	179,993,83	439.191,33	1.49+673,57	0,6
nstrução Normativa TCE/PR //2011	0.00	0.00	0,00	1.00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.00	0,00	6,60	0,00	0,00	0,0
Pensionistas	0,00	0,00	0.00	-,00	6,00	0.00	0.00	0.00		and appropriate to the state of		Read Books of the Control of the Con	and the same of th	.,,0

onte. Sistema de Internações Municipais - Acompanhamento Mensal (SIM-AM), Tribunal de Contas do Estado do Paraná ados processados em: 18/02/2023 00:51 | Relatório emítido em: 31/03/2023 10:57

UT 6 00

MUNICÍPIO DE SARANDI RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

01/2022 A 12/2022

						UI/ZUZZH	12/2022						1	0.00
IRRF	0,00	0,00	00,0	0,00	0.00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0		841,655,29
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL	9 7:1,038,30	10.163.312,84	11.334:087,51	11.303.935,15	11.547.180 13	11.793.041,21	12.227.927,64	12.361.920,16	11.428.233,06	:1.613.464,86	11.896.374,49	24.028.933.8	149,408,549,15	
(111) = (1 - 11)		ADVIDA	ÇÃO DO CUMP	DIMESTO DO	LIMITELECA	1				VA	LOR	%	SOBRE A RCL AJ	USTADA
	2447	APUKA	,AO DO COMP	KIMEN 10 DO	LIMITE LEGA	La					320.361.2	75,95	-	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		T		4-00000							907.0	00,00		
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 19, da CF) (V)											0,00	-		
(-) Transferências obrigatórias da Un							vo 120 (22) (211)				2.081.4	150.00	*	
(-) Recursos destinados ao pagament							C 120/82) (VII)				317.372	825,95		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJÚST	rada Para Câlcui	LO DOS LIMITES	DA DESPESA CO	M PESSOAL (VII)	= (IV - V - VI - V						150.250	215.44		
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + II! b)									171,381,326,01					
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos i, li e li	lI do ar: 20 da LRF)	- 54%									162.812.		51.3%	
LIMITE PRUDENCIAL (X) (parágrafo	único do art.22 da	LRF) - 51,3%							-			1	48.6%	
LIMITE DE ALERTA (XI) (inciso II do	§ 1º do art. 59 da l	LRF) - 48,6%									154.243	.193,41	48 0 70	

2. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu prucessamento, e son ente

3. Na linha denominada "Despesas de exercicios anteriores de período anterior ao da apuração" não serão apresentados valores, tendo em vista que no momento que a entidade efetua o reconhecimento e apropriação de despesas não emperhadas, por meio da utilização das tabelas:

DespesaNaoEmpenhada e ApropriacaoDespesaNaoEmpenhada do SIM-AM, estes valores já são incluidos/deduzidos nas respectivas linhas do demonstrativo de acordo com a despesa (Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Vanáveis, Obrigações Patronaism.). 4. A partir de 2021, os valores repassados ao RPPS a titulo de copertura de insuficências financeiros e defici financeiros, especificamente nas contas cdClasse + cdGrupo + cdSubGrupo + cdSubGrupo + cdSubItulo + cdItem - cdSubItem = 3.5.1.3.2.01.01 e 3.5.1.3.2.02.01, serão deduzidos cos valores repassados ao RPPS a titulo de copertura de insuficências financeiros, especificamente nas contas cdClasse + cdGrupo + cdSubGrupo + cdSubGrupo + cdSubItem = 3.5.1.3.2.01.01 e 3.5.1.3.2.02.01, serão deduzidos cos valores repassados ao RPPS a titulo de copertura de insuficências financeiros, especificamente nas contas cdClasse + cdGrupo + cdSubGrupo + cdSubItem = 3.5.1.3.2.01.01 e 3.5.1.3.2.02.01, serão deduzidos cos valores repassados ao RPPS a titulo de copertura de insuficências financeiros, especificamente nas contas cdClasse + cdGrupo + cdSubGrupo + cdSubItem = 3.5.1.3.2.01.01 e 3.5.1.3.2.02.01, serão deduzidos cos valores repassados ao RPPS a titulo de copertura de insuficências financeiros, especificamente nas contas cdClasses + cdGrupo + cdSubItem = 3.5.1.3.2.01.01 e 3.5.1.3.2.02.01, serão deduzidos cos valores repassados ao RPPS a titulo de copertura de insuficências financeiros, especificamente nas contas cdClasses + cdGrupo + cdSubItem = 3.5.1.3.2.01.01 e 3.5.1.3.2.02.01, serão deduzidos cos valores repassados ao RPPS a titulo de copertura de insuficências financeiros especificamente nas contas cdClasses + cdGrupo + cdSubGrupo + cdSubItem + cdSubIt apurados na linha Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados do quadro da DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF), duste demonstrativo. Destaca-se, ainda, que a partir de 2022 rada poder (executivo e legislativo) deverá efetuar o repassse para cobertura do déficit para

5. De acordo com o art. 15, da LC 178, o Poder ou órgão cuja despesa total com pessoal ao término do exercicio de 2021 estiver acima do limite estabelecido no art. 20 da LRF poderá eliminar o excesso à razão de, pelo menos, 10% (dez por cento) a cada exercído a partir de 2023, de forma que, zo final de 2032, cada Poder ou órgão esteja encuadrado nos limites estabelecidos no art. 20 da LRF.

5.2. Ceso a redução de 10% não tenha sido observada ao final de determinado exercício, aplicam-se as restrições serão suspensas a partir da constatação de 10% não tenha sido observada ao final de determinado exercício, aplicam-se as restrições do 53º do art. 23 da LRF. No entanto, havendo a regularização no primeiro ou no segundo quadhimestre do exercício seguinte, as restrições serão suspensas a partir da constatação da redução da redução do 10% não tenha sido observada ao final de determinado exercício, aplicam-se as restrições do 53º do art. 23 da LRF. No entanto, havendo a regularização no primeiro ou no segundo quadhimestre do exercício seguinte, as restrições serão suspensas a partir da constatação da redução d reducão.

5.3. Caso o Poder ou órgão se enquadre no limite antes do prazo de 10 anos estabelecido pela Lei, eles passarão a observar, no momento do enquadramento, as contagens do prazo e as disposições do art. 23 da LRF.

5.4. O disposto no art. 15 da LC 178/2021 não se aplica aos Poderes ou órgãos que não estiverem com o l'mite da despesa com pessoal excedido ao final do exercício de 2021. Assim, caso o ente ultrapasse o limite em momento posterior (por exemplo, no primeiro quadrimestre/semestre de 2022) devera observar as contagens de prazo e as disposições estabelecidas no caput do art. 23 da LRF.

6. A Instrução Normativa TCE/PR 56/2011, a partir de agosto/22, ceixa de ser aplicada para fins de apuração do índice de pessoal com pase na Instrução Normativa TCE/PR 174/2022, publicada em 16/08/2022 no Diário Eletrônico do TCE-PR.

MUNICÍPIO DE SARANDI RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL 01/2021 A 12/2021

RGF - ANEXO 1 (LRF, Art. 55, inciso I, alfnea "a")

R\$ 1,00

						DESPESAS	SEXECUTADA	S (Últimos 12	Meses)					
DESPESA COM PESSOAL							LIQUIDADAS		**************************************					INSCRITAS EN
	Jan/2021	Fev/2021	Mar/2021	Abr/2021	Mal/2021	Jun/2021	Jul/2021	Ago/2021	Set/2021	Out/2021	Nov/2021	Dez/2021	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	10.266 295,24	10,414,475,03	11.599.344,49	10.995:931,55	11.1;7,317,96	:0.792.889,04	11.015.897,70	11.314.058,18	10.749.390.17	10.515.719.72	10.613.548,93	24.419.881.34	(a) 143.714.769.22	(b)
Pessoal Ativo	8.711.375,51	8.903.699,01	9.577.904,78	9.240.029,04	8.991.516,10	8.944.701,18	8.908.534.75	9.063.666,23	8.768.253.55	8.587.394.99	8.785.516.63	20,779,986.31		1.085.148,1
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	7,696,663,16	7.851.2B1,41	8.529.085,62	8.191.576,21	7.945.931,92	7.898.906,07	7.867.374.77	8.016.773,13	7.729.501,06	7.581.636,82	7.777.062.73	18.815.546,78	119.262.676,08 105.900.239,68	170.752,1
Obrigações Patronals	1.014.712,33	1.052.517,60	1.049.819,16	1.048.432,83	1.045.684,18	1.045.795,11	1.041.159,98	1.046,893,10	1.038.752.49	1.005.758.17	1,098.453.90	1.071.400.50		
Beneficios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0.00	0,00	0,90	0.00	0,00	0.00	0.00		1.964.439,53	13.362.438,40	0,3
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.454.919,60	1.458.806,02	1.498.792,71	1.543.053,51	1.574.478.86	1.576.739.86	1.571.219.95	1,585.547,95	1.594.597.62	1.607.246.73	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e	1.256.413,46	1.256.413,46	1.291.751,65	1.325.428,04	1.334.033,02	1,335.401,46	1.335.790,18	1.345.894,56	1.357.605,63	1 369.123,19	1.559.402,30	3.047.963,03 2.590.139,98	20.072.768,14 17.120.370.12	6,236,28 5 1 5 4 7 7
Pensões	198,506,14	202.392,56	207.041,05	217.625,47	240.445,84	241.338,40	235.429.77	239.653.39	236.991,99	238.123.54	237.026.81	4557000 44		
Outros Beneficios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	00,0	0,03	0,00	0.00	0,00	9.00	0.00	0.00	457.823,05	2.952.398,02	1,121,5
Outras Despesas de Pessoal lecorrentes de Contratos de l'erceirização (§ 1º do art. 18 da RF)	0,00	51,970,00	522.647,00	212.869,00	551.223,00	271,448,00	336.14 3 ,0 0	564.844,00	386.539,00	321.678,00	268.630,00	0,00 591.932,90	0,00 4,379,323,00	908,109,61
Outras Despesas de Pessoal ecorrentes de Contratos de erceirização (exceto elemento 34)	6,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.00	00,0	0.00	0,00	6,0
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	6,00	90,0	0,00	0,00	0.00	0,00	0,00	0,00	6,00	0,00	5.00	0,00	0,00	e.ac
ESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º o art. 19 da LRF) (II)	1.46 .963,77	1.510.023,45	1.996.134,65	1.910.479,35	1.721,277,1-	1.683,975,19	1,709,572,94	1.753,982,03	1,641,327,87	1 734.376,39	3.790.284,65	3.073.035,45	22.026.432,74	6.286.28
Indenizações por Demissão e icentivos à Demissão Voluntária	27.014,17	51.217,43	497.341,94	367.425.84	146.798,2	107.233,33	138.352,99	168,434,08	46.730,23	147 129,56	230.882,35	25.072,42	1.953.664.60	6-36
Decorrentes de Decisão Judicia: de eriodo anterior ao da apuração	d,00	0,00	0,00	0.00	G,Ø.	0.00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.00	0.36
Despesas de Exercícios Anteriores e período anterior ao da apuração '	architecture.	*	Microsophomorphism of the Control of			je.		~	×	~	Accesses to the second	~		
Inativos e Pensionistas com ecursos Vinculades	1.6 ~ 914,60	1 456 806,02	1.498.792,71	1.543.053,51	. 374,478,6	1.576.732.86	1.571.219,95	1.585.547,95	1.594.597.62	307.246,73	1.559.402,30	3.047.963,03	20.072.768,14	6.286 28
Instrução Normativa TCE/PR 6/2011	9.00	0,06	0,00	0,00	(),11,	0.00	0,00	0,00	0.00	0,00	0.00	0.00	00,0	0.40
Pensionistas	9,99	0,00	0.00	0,00	0.C:	0.00	0,00	0.00	0.00	0.00	0.00	222		
IRRF >	0.00	0,00	0,00	0.00	0.0	0.00	0.00	0.00	0,02	0.00	0.00	0,00	9,00	0.0

Monte Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal (SIM-AM), Tribunal de Contas do Estado do Paraná Dados Pocessados em: 04/03/2022 20:58 | Relatório emitido em: 12/08/2022 16:00

Tha benominate "Despesas de exercións antendres de periodo antendriad da apuração" não serão abresentados valores, fendo em vista que no momento que a enhoque efetua o reconhecimento o abropriedão de despesas não empenhadas, por meio da utilização das tabelas:

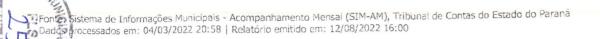
598121

MUNICÍPIO DE SARANDI

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

01/2021 A 12/2021 DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL 8-884331,34 8-984.451.58 9.663.209.84 9.085.472,20 9.396.050,86 9.108.913,85 9.306.324,76 9.560.076 1 9.108.062,30	8.761.343,43 8.823,264,28 21.34	46.845.84 127 688.336,48 1.078.861,86
(HI) = (I - H) APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LÍMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
	272.216.991.65	•
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL [IV]	1.952.008,00	*
(-) Transferências obr. gatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 19, da CF) (V)	0,00	
[-] Transferências chi gatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	270.264.983,65	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	122.767.198.34	45,42%
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	145,943.091,17	54%
LIMITE MÁXIMO (IX) cincisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%	138,645,936,61	51.3%
LIMITE PRUDENCIAL (X) (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%	131.348,782,05	48,6%
LIMITE DE ALERTA (XI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 48,6%	131.348.784,05	





Rua José Emiliano de Gusmão, 565 - Caixa Postal 71 - CEP 87111-230 Fone/Fax: (44) 3264-8600 - Sarandi - Paraná

PROCURADORIA JURÍDICA DO MUNICIPIO DE SARANDI

Rua Guiapó, 214, Sala 01 - Sarandi - PR

Sarandi, 04 de setembro de 2023.

Parecer nº 762 /2023 - PJM

Ref. Projeto de Lei

O Chefe de Gabinete do Prefeito, através do ofício nº 2056/2023, solicita a emissão de Parecer Jurídico referente ao Projeto de Lei que dispõe sobre a alteração da Lei Complementar nº 248/2010, sob o pedido temos:

Trata-se de parecer a cerca da legalidade e constitucionalidade do Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo Municipal que dispõe sobre a alteração de dispositivos da Lei Complementar nº 248 de 17 de dezembro de 2010.

A proposição visa alterar os artigos 36 e 68, e revogar o artigo 54 e o parágrafo primeiro do artigo 56 todos da Lei Complementar nº 248 de 17 de dezembro de 2010.

Inicialmente cumpre ressaltar que a emissão de parecer tem caráter opinativo e não vincula a Administração à sua motivação ou conclusões. Logo, o parecer não é vinculante, motivo pelo qual é possível, se for o caso, que os agentes políticos formem suas próprias convições em discordância com as opiniões manifestadas por meio do parecer jurídico.

A Constituição da Republica Federativa do Brasil, em seu artigo 30, incisos I e II, informam a competência legislativa dos Municípios, vejamos:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I- Legislar sobre assunto de interesse local;

II- Suplementar a legislação federal e estadual no que couber.

A Constituição do Estado do Paraná, por extensão, reproduziu esse regramento, consoante dispõe o artigo 17 da Carta Paranaense, in verbis:



Rua José Emiliano de Gusmão, 565 – Caixa Postal 71 – CEP 87111-230 Fone/Fax: (44) 3264-8600 – Sarandi – Paraná

PROCURADORIA JURÍDICA DO MUNICIPIO DE SARANDI

Rua Guiapó, 214, Sala 01 - Sarandi - PR

Art. 17. Compete aos Municípios:

I- Legislar sobre assuntos de interesse local.

II- Suplementar a legislação estadual no que couber.

De igual modo, a Lei Orgânica do nosso Município, em seu artigo 5º estabelece:

Art. 5°. Compete privativamente ao Município de Sarandi:

I- Legislar sobre assuntos de interesse local.

As modificações pretendidas na legislação municipal se inserem, efetivamente, na definição de interesse local (art. 30, I, da CF/88), tendo em vista que dizem respeito ao plano de carreira, cargos e remuneração dos profissionais do magistério do Município de Sarandi, matéria de competência legislativa municipal.

A matéria é de iniciativa privativa do Poder Executivo e esta prevista no artigo 61, § 1°, da CF/88.

De acordo com o art. 61, § 1º, da Constituição Federal, a matéria é de iniciativa privativa do Poder Executivo, aplicada por simetria aos Estados e Municípios. Vejamos:

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição:

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

W





Rua José Emiliano de Gusmão, 565 – Caixa Postal 71 – CEP 87111-230 Fone/Fax: (44) 3264-8600 – Sarandi - Paraná

PROCURADORIA JURÍDICA DO MUNICIPIO DE SARANDI

Rua Guiapó, 214, Sala 01 - Sarandi - PR

II - disponham sobre:

- a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;
- b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;
- c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;
- d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;
- e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI;
- f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva.

No tocante ao direito municipal, mais relevante ainda é a observância das normas previstas na Constituição Estadual no que diz respeito à iniciativa para o processo legislativo, uma vez que, em caso de eventual controle de constitucionalidade, o parâmetro para análise da conformidade vertical se dá em relação ao disposto na Constituição Paranaense que em seu artigo 87 estabelece:

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

VI- iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta constituição.

Ainda, a Lei Orgânica do Município, em seu artigo 53 estabelece:

Art. 53. Compete ao Prefeito, entre outras atribuições:

I- a iniciativa de leis, na forma e casos previstos nesta Lei Orgânica;

29 29



Rua José Emiliano de Gusmão, 565 – Caixa Postal 71 – CEP 87111-230 Fone/Fax: (44) 3264-8600 – Sarandi - Paraná

PROCURADORIA JURÍDICA DO MUNICIPIO DE SARANDI

Rua Guiapó, 214, Sala 01 - Sarandi - PR

Sendo assim, a iniciativa para a propositura do processo legislativo está adequada, pois o projeto de lei apresentado trata de questões ligadas ao plano de carreira, cargos e remuneração dos profissionais do magistério do Município de Sarandi, cuja iniciativa é privativa do Prefeito.

Pelo exposto, o projeto versa sobre matéria de competência do Município em face do interesse local, encontrando amparo no artigo 30, inciso I da Constituição da República, e trata-se de proposição de iniciativa do Poder Executivo.

Feitas as considerações sobre a competência e iniciativa, a Procuradoria opina, salvo melhor juízo, pela regularidade formal do projeto, pois encontra-se juridicamente apto para ser encaminhado ao Poder Legislativo para posterior deliberação.

Ademais, a elaboração do projeto contou com a participação efetiva da Secretaria Municipal de Educação que busca alcançar a qualidade do atendimento em nossas Instituições de Ensino, devendo-se valorizar os profissionais que nelas exercem suas funções, e neste momento esta Procuradoria Jurídica não apresenta apontamentos no que tange ao mérito, ficando o mesmo ao cargo do Poder Executivo e posterior análise e deliberação do Poder Legislativo.

Ante o exposto, observada a natureza opinativa e não vinculante do parecer jurídico, entendemos não haver vícios de iniciativa e opinamos, pela constitucionalidade do projeto de lei em exame, e atendidos os preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal o mesmo pode ser encaminhado para análise e deliberação do Poder Legislativo.

É o parecer

Marcos Antonio Ribeiro

Procurador Jurídico

1





Rua Salvador Jordano, nº 677 - Cond. Comercial Dona Julia FONE: 1441 3264- 8750 598124

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

OFICIO N.º 1014/2023

Sarandi, 29 de junho de 2023.

Exmo. Senhor

Considerando a necessidade de regularização da Lei Complementar 248 de 17 de dezembro de 2010;

Considerando que a regularização proposta visa regulamentar a questão da carga horária dos servidores investidos em cargos de 20 horas ou 30 horas semanais e que desejam atuar na função de Diretor Escolar ou Diretor de Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI, a qual exige jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Propõe-se alteração na Lei Complementar 248 de 17 de dezembro de 2010, no artigo 36, revogação do art. 54 e do §1º do art. 56 e alteração no art. 68.

Artonio Del Nero
Secretario Municipal de Educação
Decreto nº 35/2021

EXMO. SENHOR
WALTER VOLPATO
PREFEITO MUNICIPAL
SARANDI – PARANÁ.

July 30 Start OF STAR

29/06/23



CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI - ESTADO DO PARANÁ. AVENIDA MARINGÁ, 660 CEP 87111-000 - CENTRO.

FONE: 44-4009-1750

E-mail: <u>camara@cms.pr.gov.br</u> E-mail: <u>protocolo@cms.pr.gov.br</u>

COMPROVANTE DE PROTOCOLO

PROCESSO TIPO 104-PROJ. DE LEI COMPL. CMS. - Nº 36 / 2023 SENHA PARA CONSULTA WEB:

DATA:

19/12/2023 - 13:39

Requerente:

WALTER VOLPATO

CPF/CNP.J:

204.888.239-00

RG/Insc. Est.: 907 571-2

Endereço:

Jaçanã, 606

Complemento:

Sarandi-PR

Bairro: Centro

CEP: 87111-970

Telefone:

Cidade:

(44)3264-8600

ASSUNTO:

DISPÕE

SOBRE A ALTERAÇÃO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 248/2010.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 248, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010, NA FORMA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CAMILA DE SOUZA BUENO DOS SANTOS

Divisão de Protocolo - DPR FONE: 44-4009-1750/ Ramal 219

Obs.: Art. 174, §2º, I do Regimento Interno diz que será declarada prejudicada: "qualquer proposição com objeto idêntico ao de outro que já tenha sido aprovado ou rejeitado nos últimos cento e oitenta (180) dias, excetuando-se, nesta última hipótese, aprovação pela maioria absoluta dos membros do Legislativo;".





CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI CNPJ 78.844.834/0001-70

Avenida Maringá, 660 – CEP 87111-000 – Sarandi – Pr.

Fone: (44)-4009-1750

E-mail: <u>legislativo@cms.pr.gov.br</u> Site: <u>www.cms.pr.gov.br</u>

A DIVISÃO DE ARQUIVO HISTÓRICO CERTIFICA:

Proposição: Projeto de Lei Complementar nº 598/2024.

Autor: Poder Executivo Municipal.

Assunto: Dispõe sobre a alteração na Lei Complementar nº 248, de 17 de dezembro de 2010, na forma que especifica, e dá outras providências.

QUANTO À EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL OU MATERIAL DISPONÍVEL SOBRE A MATÉRIA:

() Não (X) Sim

- 1. Lei Complementar nº 248/2010, que Dispõe sobre o plano de carreira, cargos e remuneração dos profissionais do magistério do Município de Sarandi.
- **2.** Lei Ordinária nº 2838/2022, que Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária para o exercício de 2023 e dá outras providências. Art. 34.

QUANTO À PREJUDICABILIDADE:

- (X) Nenhum óbice quanto à tramitação.
- () Delega atribuições a outro poder exclusivas do legislativo. (Art. 165, §1°, I)
- () Oriunda de Vereador licenciado ou ausente à sessão. (Art. 165, §1°, II)
- () Rejeitado na mesma sessão. (Art. 165, §1°, III)
- () Não atende às formalizações. (Art. 165, §1°, IV)
- () Matéria idêntica ou semelhante a outra já em tramitação. (Art. 168)
- () Matéria com objeto idêntico ao de outro que já tenha sido aprovado nos últimos 180 (cento e oitenta) dias. (Art. 229, §2°, I)

Sarandi, 10 de janeiro de 2024.

KAUANA PEREIRA DE SOUZA
Divisão de Arquivo Histórico
Auxiliar Legislativo





CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI CNPJ 78.844.834/0001-70

Avenida Maringá, 660 – CEP 87111-000 – Sarandi – Pr. Fone: (44)-4009-1750

E-mail: clirit@cms.pr.gov.br Site: www.cms.pr.gov.br

OFÍCIO Nº 7/2024/CLJRF

Sarandi, 21 de fevereiro de 2024.

EXPEDIENTE RECEBIL

Ao Senhor Eunildo Zanchim Presidente da Câmara Municipal de Sarandi Câmara Municipal de Sarandi Sarandi – PR

Assunto: Solicitação de informação de Projetos de Lei.

Senhor Presidente,

- 1. A Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, em reunião ordinária da aludida Comissão em conjunto com as outras Comissões, nesta data, na Sala de Reuniões das Comissões Permanentes da Câmara Municipal de Sarandi, onde após analisar diversos Projetos de Lei, encaminha para solicitação de informação e diligências os seguintes Projetos de Lei:
- a) **PROJETO DE LEI Nº 3.443/2024**, o qual Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder direito real de uso de imóvel pertencente a municipalidade, na forma que especifica.
- 1. Encaminhar embasamento jurídico e técnico para complementar, do ponto de vista da legalidade, a justificativa que acompanhou o referido Projeto de Lei, assim como complementar as informações sobre o mérito visando atender ao art. 166, §2º, II do Regimento Interno, o qual orienta que as proposições estejam acompanhadas de justificativa sobre o mérito e legalidade.
- 2. Encaminhar memorial descritivo do terreno que será concedido o direto real de uso assinado por engenheiro.
- 3. Complementar o Parecer Jurídico visto que o Parecer nº 033/2024, o qual acompanha o Projeto, não apresentou fundamentação ou embasamento jurídico para tramitação do referido Projeto de Lei.
- 4. Complementar as Certidões de Avaliações (nº 26/2024, nº 27/2024 e nº 28/2024) de forma que elas possam informar qual foi a metodologia utilizada para se chegar nos valores apresentados. Assim como apresentar documento que comprove a expertise do servidor, conforme menciona o ACÓRDÃO Nº 2315-23 Tribunal Pleno do TCE-PR. (https://www.l.tce.pr.gov.br/multimidia/2023/8/pdf/00378475.pdf)
- 5. Solicitamos as informações do **PROJETO DE LEI Nº 3.443/2024** em até 2 dias do recebimento da solicitação.
- b) **PROJETO DE LEI Nº 3.437/2024,** o qual Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder Direito Real de Uso de Imóvel pertencente a municipalidade, na forma que especifica.
- I. Encaminhar embasamento jurídico e técnico para complementar, do ponto de vista da legalidade, a justificativa que acompanhou o referido Projeto de Lei, assim como complementar as informações sobre o mérito visando atender ao art. 166, §2º, II do Regimento

OFÍCIO Nº 7/2024/CLJRF

Interno, o qual orienta que as proposições estejam acompanhadas de justificativa sobre o mérito e legalidade.

- 2. Solicitamos que confirme o número da matrícula do imóvel, no projeto está 7.801 e na matrícula enviada está 55.962. Qual é a correta?
- c) PROJETO DE LEI Nº 3.451/2024, o qual Institui o pagamento de "JETON DE PRESENÇA" pela participação em Órgãos de Deliberação Colegiada da CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SARANDI, Autarquia Gestora do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Sarandi-PR e dá outras providências.
- 1. Encaminhar embasamento jurídico e técnico para complementar, do ponto de vista da legalidade, a justificativa que acompanhou o referido Projeto de Lei, assim como complementar as informações sobre o mérito visando atender ao art. 166, §2º, II do Regimento Interno, o qual orienta que as proposições estejam acompanhadas de justificativa sobre o mérito e legalidade.
- 2. Apresentar documentação do Conselho de Previdência autorizando o aumento de 3 (três) para 5 (cinco) membros do Comitê de Investimento.
- d) **PROJETO DE LEI Nº 3.439/2024**, o qual Altera a Lei nº 2.859, de 13 de setembro de 2022, na forma que especifica.
- 1. Encaminhar embasamento jurídico e técnico para complementar, do ponto de vista da legalidade, a justificativa que acompanhou o referido Projeto de Lei, assim como complementar as informações sobre o mérito visando atender ao art. 166, §2º, II do Regimento Interno, o qual orienta que as proposições estejam acompanhadas de justificativa sobre o mérito e legalidade.
- 2. Eliminar a expressão: "Revogadas disposições em contrário", pois, segundo a LC 95/1998¹ "Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente. as leis ou disposições legais revogadas.".
- e) **PROJETO DE LEI Nº 3.440/2024,** o qual Altera a Lei nº 2.860, de 13 de setembro de 2022, na forma que especifica.
- 1. Encaminhar embasamento jurídico e técnico para complementar, do ponto de vista da legalidade, a justificativa que acompanhou o referido Projeto de Lei, assim como complementar as informações sobre o mérito visando atender ao art. 166, §2º, II do Regimento Interno, o qual orienta que as proposições estejam acompanhadas de justificativa sobre o mérito e legalidade.
- 2. Eliminar a expressão: "Revogadas disposições em contrário", pois, segundo a LC 95/1998¹ "Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.".
- f) PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 598/2024, o qual Dispõe sobre a alteração na Lei Complementar nº 248, de 17 de dezembro de 2010, na forma que especifica, e dá outras providências.
- Convocar secretário municipal ou servidor que possa explicar o objetivo do projeto.
- Parte do conteúdo desse projeto de lei não está em conflito com a Lei nº
 2.860, de 13 de setembro de 2022.
- 3. Encaminhar documentos da estimativa novamente, pois, estão com os dados apagados.
- g) PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 601/2024, o qual Altera dispositivos da Lei Complementar nº 070/2021 de 26 de dezembro de 2001, que dispõe sobre 0 in Sistema Tributário do Município de Sarandi/Pr.

 Página 2 de 2

 OFÍCIO Nº 7/2024/CLJRIFLS

34

- 1 Encaminhar embasamento jurídico e técnico para complementar, do ponto de vista da legalidade, a justificativa que acompanhou o referido Projeto de Lei, assim como complementar as informações sobre o mérito visando atender ao art. 166, §2º, II do Regimento Interno, o qual orienta que as proposições estejam acompanhadas de justificativa sobre o mérito e legalidade.
- Complementar o Parecer Jurídico visto que o Parecer nº 005/2024, o qual acompanha o Projeto, não apresentou fundamentação ou embasamento jurídico para tramitação do referido Projeto de Lei.
- 3. Apresentar a previsão de arrecadação para o ano de 2024 com a taxa de coleta e destinação de lixo.
- Apresentar a previsão de custo com a coleta e destinação de lixo, com base nos contratos vigentes com as empresas que prestam os servicos de coleta e destinação?
- Apresentar, em valores reais, quanto foi arrecadado a taxa de coleta e destinação de lixo e quanto, realmente, foi pago com a coleta e destinação de lixo em 2023?
- Qual o valor existente nessa conta, em virtude das sobras acumuladas nesses anos?
- 7. Todos esses documentos devem ser apresentados de forma objetiva, clara e assinadas por servidor competente e ratificada pelo prefeito, pois os questionamentos são feitos ao chefe do Poder Executivo.
- hì PROJETO DE LEI Nº 3.435/2024, o qual Altera e Regulamenta a Lei nº 1350/2006, na forma que especifica, a qual dispõe sobre a concessão de isenção e remissão de taxas de serviços públicos e de coleta de lixo, Templos de qualquer culto, casas pastorais e as Associações sem fins lucrativos, e dá outras providências.
- 1 Encaminhar embasamento jurídico e técnico para complementar, do ponto de vista da legalidade, a justificativa que acompanhou o referido Projeto de Lei, assim como complementar as informações sobre o mérito visando atender ao art. 166, §2°, II do Regimento Interno, o qual orienta que as proposições estejam acompanhadas de justificativa sobre o mérito e legalidade.
- 2. Complementar o Parecer Jurídico visto que o Parecer nº 1.001/2023, o qual acompanha o Projeto, não apresentou fundamentação ou embasamento jurídico para tramitação do referido Projeto de Lei.
- Correção dos Arts. 1º e 2º, conforme pressupõe o inciso II do Art. 10 da LC 95/19981.
- Correção do Art. 3°, conforme pressupõe o inciso III do Art. 10 da LC 95/19981.
- 5. Eliminar a expressão: "Revogadas disposições em contrário", pois, segundo a LC 95/1998¹ "Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.".
- PROJETO DE LEI Nº 3.420/2023, o qual Autoriza o Poder Executivo 1) Municipal a contratar operações de crédito com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, na forma em que específica.
 - . Encaminhar justificativa assinada pelo chefe do Poder Executivo (fl. 11).
- Complementar o Parecer Jurídico visto que o Parecer nº 1.158/2023, o qual 2. acompanha o Projeto, não apresentou fundamentação ou embasamento jurídico para tramitação do referido Projeto de Lei.
- Encaminhar documentos assinados pelo chefe do Poder Executivo (fls. 25, 3 26, 27, 28).
- Informe se os projetos de construção estão prontos para realizar a ficitação. 4 OFÍCIO Nº 7/2024/CLIRF Página 3 de 3

Enviar cópias.

5. Correção do Art. 9°, pois não é uma lei complementar.

Respeitosamente,

DIONIZIO APARECIDO VIARO "DIOCAR" Presidente (CLJRF) ver.dionizio@cms.pr.gov.br

Referência

Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil 03/leis/lcp/lcp95.htm. Acesso em: (21 de fevereiro de 2024).





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI

Rua José Emiliano de Gusmão, 565 - cep: 87111-230 Fone: [44] 3264-2777 / 3264-8600

GABINETE DO PREFEITO

Ofício n. 411/2024

Sarandi, 11 de março de 2024

Exmo. Sr.
Eunildo Zanchim "Nildão"
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores Sarandi – Paraná

Referente: Ofício n.º 25/2024 CMS

O Gabinete do Prefeito , no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste em atenção ao ofício n.º 25/2024 CMS no qual em anexo estava o ofício n.º 7/2024/CLJR solicitando documentos referente ao Projeto de Lei n.º 598/2024 , informar que segue :

* Cópia da Estimativa de Impacto Financeiro

*Ofício n.º 239/2024 , assinado pelo Sr. Antonio Del Nero - Secretário Municipal de Educação.

Certo de vosso pronto atendimento, renovamos protesto de estima e consideração. Atnciosamente,

Chefe de Gabinete

L'onla B

598 124



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI

Rua José Emiliano de Gusmão, 565 - cep: 87111-230 Fone: [44] 3264-2777 / 3264-8600

GABINETE DO PREFEITO

Oficio n. 315/2024

Sarandi, 28 de fevereiro de 2024

Ilmo Sr

Antonio Del Nero

esclarecimento.

Secretário Municipal de Educação

Referente: Ofício n.º 25/2024 CMS e Ofício n.º 07/2024/CLJR

O Gabinete do Prefeito, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste encaminhar os ofícios acima citados, para conhecimento, análise e para que seja tomado as devidas providências quanto ao solicitado referente ao **Projeto de Lei n.º598/2024**, para que possamos responder à Câmara Municipal de Sarandi.

Solicitamos que Secretário Sr. Antonio Del Nero e/ ou servidor(a) por ele designado compareça à Câmara Municipal dentro da data abaixo citada para que prestem os devidos esclarecimento sobre o projeto de lei "Dispõe sobre a alteração na Lei Complementar nº 248, de 17 de dezembro de 2010, na forma que especifica, e dá outras providencias." solicitado pela Vossa Secretaria e encaminhem para este Gabinete os documentos solicitados nos itens 2 e 3 apresentado no referido ofício em atenção ao **Projeto de Lei n.º598/2024**

O Projeto de Lei - encontra-se disponível no site da Câmara Municipal de Sarandi Informamos que em caso de dúvida poderão entrar em contato no Gabinete para

Certo de vosso pronto atendimento, renovamos protesto de estima e consideração e aguardamos retorno sobre o solicitado até a data de 06/03/2024.

Atenciosamente,

Diego Franco Pereira

Chefe de Gabinete

y/

DOCUMENTO RECEBIDO EM 28 02 124

HORAS

FLS. 30



PREFEITURA DO MUNICIPIO DE SARANDI

WWW.SARANDI.PR.GOV.BR Rua Salvador Jordano, nº 677 - Cond. Comercial Dona Julia

FONE: |44| 3264-8750 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



Ofício nº 239/2024

Sarandi, 07 de março de 2024.

Ilmo. Senhor:

Em resposta ao oficio nº 315/2024, recebido por esta Secretaria Municipal de Educação, o qual solicita documentos apontados nos itens 2 e 3 do Projeto de Lei nº 598/2024.

Com relação ao ítem 2, não foram encontrados conflitos entre a proposição e a Lei Complementar 2.860 de 13 de setembro de 2022 e,

O ítem 3 foi esclarecido via telefone com este gabinete.

Com relação a data de comparecimento à Câmara Municipal de Vereadores, em conversa anterior com o servidor Vagner lotado naquele local, já havíamos nos manifestado solícitos a comparecer para as devidas explicações que julgassem necessárias.

Só não será possível comparecer nos dias 08/03/2024 e 12/03/2024, pois estaremos recebendo os professores convocados em concurso público na distribuição de turmas/locais e assinaturas dos termos de posse.

Atenciosamente,

Antonio Del Nero ecretário Municipal de Educação Decreto nº 35/202

Ilmo. Senhor **DIEGO FRANCO PEREIRA** Chefe de Gabinete SARANDI – PARANÁ.

07/03/20

O D O D

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI

Rua José Emiliano de Gusmão, 565 - cep: 87111-230



SECRETARIA DA FAZENDA

ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

Em resposta ao Ofício nº 1620/2023, da Secretaria Municipal de Educação de Sarandi e para fins de atendimento ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/00), art. 15, 16, 17 e 21, emite-se o presente Cálculo do Impacto Orçamentário-Financeiro decorrente do aumento de gastos com pessoal oriundo do pagamento de segundo período para os cargos de professor 20 horas e educador infantil 30 horas, conforme segue:

Anexo A: Previsão do custo com o pagamento de segundo período para os cargos de professor 20 horas e educador infantil 30 horas, no qual considerou-se a quantidade e o valor mensal que consta no Ofício nº 1620/2023, sendo realizados os cálculos para o pagamento mensal, bem como a provisão de adicional de férias, 13º salário e previdência, obtendo-se o valor mensal e anual do gasto.

Anexo B: Previsão do impacto do aumento da despesa com pessoal do Anexo A em relação à Receita Corrente Líquida do exercício atual e nos dois exercícios subsequentes, tendo em vista os valores consolidados obtidos no Demonstrativo da Receita Corrente Líquida 2018-2025 e na Memória de Cálculo das Metas Anuais da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2023, nos quais constam valores projetados - logo, a estimativa do impacto considerou essas previsões de Receita e Despesa, que podem ou não se concretizar, de modo que, fica a cargo do Gestor o acompanhamento da realização das receitas e despesas para decidir acerca do pagamento do segundo período.

Anexo C: Apresentação da Despesa com Pessoal e seu percentual sobre a Receita Corrente Líquida atual e dos dois exercícios anteriores, para fins de comparação.

Conclui-se que, se mantido o valor da Receita Corrente Líquida Ajustada atual de R\$ 343.111.266,68 e acrescentado o valor da previsão do aumento deste cálculo (proporcional a 1 mês) de R\$ 43.041,96 à despesa de pessoal atual, que é R\$ 168.273.063,68, é possível que a despesa com pessoal - que atualmente se encontra acima do limite de alerta - passe a representar 49,06% da Receita Corrente Líquida Ajustada no exercício de 2023.

Sarandi-PR, 29 de novembro de 202

MAIÁRA MIRANDA

Contadora

JOSE SIDNEY GREMES

Secretário de Fazenda

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI WWW.5ARANDI.PR.50V.BR.
Rua José Emiliano de Gusmão, 565 - cep: 87111-230 FONE: 1441 3264- 8600 / FONE: 1441 3264- 8620 (\$ABINETE)

SECRETARIA DA FAZENDA



ANEXO A

CARGO	QUANTIDADE VENCIMENTOS VENCIMENTO PATRONAL MENSAL MENSAL	VENCI	MENTOS	VEN	TOTAL NCIMENTO MENSAL	PA.	OBRIGAÇÃO PATRONAL MENSAL	50% ME	50% FÉRIAS MENSAL	13° 1	13° MENSAL	OBRIGAÇÃO PATRONAL 13º	IÇÃO AL 13º	TOTAL	MENSAL	TOT	OBRIGAÇÃO TOTAL MENSAL TOTAL ANUAL
PROFESSOR 20 HORAS PARA ATUAR NA DIREÇÃO	9	R\$	R\$ 3.585,61 R\$	R\$	21.513,66	RS	21.513,66 RS 3.728,32 R\$	RS	896,40	RS	896,40 R\$ 1.792,81 R\$		310,69	RS	28.241,88	SS SS	310,69 R\$ 28.241,88 R\$ 338.902,53
EDUCADOR INFANTIL 30 HORAS PARA ATUAR NA DIREÇÃO	9	RS	1.879,03 R\$	RS	11.274,18	RS	1.274,18 RS 1.953,82 R\$	RS	469,76 R\$	RS	939,52 RS		162,82	RS	14.800,09	RS	162,82 R\$ 14.800,09 R\$ 177.601,03
TOTAL	12	RS	R\$ 5.464.64 R\$	RS	32,787.8	# RS	32.787.84 RS 5.682.13 RS 1.366.16 RS 2.732.32 RS	RS	1.366.16	RS	2 732 32		473.51	RS	43.041.96	RS	473.51 RS 43.041.96 RS 516.503.56



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI WWW SARANDI, PR. 60V BR.
WWW SARANDI, PR. 60V BR.
Rua José Emiliano de Gusmão, 565 - cep: 87111-230 FONE 1441 3264- 8620 (5481NETE)



ANEXO B

SECRETARIA DA FAZENDA

SARANDI CENSTRUINDO UMA NOVA HISTORIA

PREVISÃO DO IMPACTO COM AUMENTO DE GASTOS COM PESSOAL - EXERCÍCIO 2023	ICIO 2023	
PREVISÃO DO AUMENTO - PROPORCIONAL A 1 MÊS - dezembro (a)	RS 43.041,96	A crimonno
DESPESA COM PESSOAL PREVISTA PARA 2023 (b)	RS 211.856.336,00	·
DESPESA COM PESSOAL CONSIDERANDO O INCREMENTO $(c) = (a)+(b)$	R\$ 211.899.377,96	*****
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA PREVISTA PARA 2023 (d)	RS 422,352,172,69	-
PREVISÃO DE IMPACTO DO AUMENTO SOBRE A RCL (e) = (a)/(d)*100	0,01%	-
PREVISÃO DE ÍNDICE DE DESPESA COM PESSOAL APÓS AUMENTO (f) = (c)/(d)*100	50,17%	*
LIMITE MÁXIMO	54,00%	*****
LIMITE PRUDENCIAL	51,30%	
LIMITE DE ALERTA	48,60%	******

PREVISÃO DO IMPACTO COM AUMENTO DE GASTOS COM PESSOAL - EXERCÍCIO 2024	CIO 2024
PREVISÃO ANUAL DO AUMENTO (a)	R\$ 543.061,56
DESPESA COM PESSOAL PREVISTA PARA 2024 (b)	R\$ 222.715.301,00
DESPESA COM PESSOAL CONSIDERANDO O INCREMENTO (c) = (a)+(b)	R\$ 223.258.362,56
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA PREVISTA PARA 2024 (d)	RS 446.316.821,69
PREVISÃO DE IMPACTO DO AUMENTO SOBRE A RCL (e) = (a)/(d)*100	0,12%
PREVISÃO DE ÍNDICE DE DESPESA COM PESSOAL APÓS AUMENTO (f) = (c)/(d)*100	50,02%
LIMITE MÁXIMO	54,00%
LIMITE PRUDENCIAL	51,30%
LIMITE DE ALERTA	48,60%

PREVISAU DU IMPACTO COM AUMENTO DE GASTOS COM PESSOAL - EXERCICIO 2025	CIO 2025
PREVISÃO ANUAL DO AUMENTO (a)	RS 576.415,75
DESPESA COM PESSOAL PREVISTA PARA 2025 (b)	RS 234.193.216,00
DESPESA COM PESSOAL CONSIDERANDO O INCREMENTO (c) = (a)+(b)	RS 234,769,631,75
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA PREVISTA PARA 2025 (d)	RS 471, 237, 556, 69
PREVISÃO DE IMPACTO DO AUMENTO SOBRE A RCL (e) = (a)/(d)*100	0,12%
PREVISÃO DE ÍNDICE DE DESPESA COM PESSOAL APÓS AUMENTO (f) = (c)/(d)*100	49,82%
LIMITE MÁXIMO	54,00%
LIMITE PRUDENCIAL	51,30%
LIMITE DE ALERTA	48,60%

INPC referente periodo: 11/2022 a 10/2023	4,14%
2024: Acréscimo de 1% em relação ao ano anterior	5,14%
2025: Acréscimo de 1% em relação ao ano anterior	6,14%



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SARANDI N.W. SARANDI WWW. SARANDI, PR. GOV. BR.
Rua José Emiliano de Gusmão, 565 - cep: 87111-230 FONE: 1441 3264-8600 / FONE: 1441 3264-8620 (GABNETE)

SECRETARIA DA FAZENDA



ANEXO C

RS 16 RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA* RS 34 RS 34 RS 34 RS 34 RS 34 LIMITE MÁXIMO LIMITE PRUDENCIAL	R\$ 168.273.063,68 R\$ 343.111.266,68 49,04% 54,00%
I IMITE DE ALERTA	48.60%

*Valores obtidos no DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL gerados pelo SIM-AM referente ao último período enviado (10/2022 A 09/2023).

	R\$ 150.250.215,44	R\$ 317.372.825,95	47,34%	54,00%	51,30%	48,60%
DESPESA COM PESSOAL - EXERCÍCIO 2022	DESPESA COM PESSOAL	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA	% SOBRE A RCL AJUSTADA	LIMITE MÁXIMO	LIMITE PRUDENCIAL	LIMITE DE ALERTA

	R\$ 122.767.198,34	R\$ 270,264,983,65	45,42%	54,00%	51,30%	48,60%	
DESPESA COM PESSOAL - EXERCÍCIO 2021	DESPESA COM PESSOAL	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA	% SOBRE A RCL AJUSTADA	LIMITE MÁXIMO	LIMITE PRUDENCIAL	LIMITE DE ALERTA	





MUNICIPIO DE SARANDI

Estado do Paraná

2023 Exercício: Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - 2018 a 2025

Especificação	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
RECEITAS CORRENTES (1)	190.458.522.40	227.566.564.78	258.804.699.06	274.334.792,65	374.443.993,23	446.475.172,69	471.646.021.69	497.833.356,69
Impostos. Taxas e Contríbuições de Melhoria	34.049.796.34	38.693.899.40	42.581.424.12	52.905.626.00	70.977.300,00	64.187.055,00	67.431.069.00	70.827.863,00
	6.294.442.90	7,033,683,17	7.608.852.21	9.234.320.00	12.171.300,00	13.741.800,00	14,430,200,00	5.149.500,00
SSI	7.471.005.22	8,459,631.97	9.611.259.94	9.807.540,00	13.706.700,00	14.433.100,00	15.154.000,00	15.912.300,00
	6.537.589.80	7,399,406,78	8.609.479.16	8.838.940.00	11.391.000,00	12.243.500.00	12.855.500.00	13.498.100,00
IRRF	3.766.351.42	4.357.739.10	5.114.253.07	6.071,000.00	6.740.000,00	9.000.000.00	9.450.000,00	9.924.000.00
Outros Impostos. Taxas e Contribuições de Melhor	9.980.407.00	11,443,438,38	11.637.579,74	18.953.826.00	26.968.300,00	14.768.655,00	15.541.369,00	16.343.963,00
Contribuições	6.617.316.68	8.586.513.02	9.803.838,20	8.980.470,00	34.249.900,00	39.841.263.00	43.257.298,00	46.986.740,00
ReceitaPatrimonial	12.755.502.01	11.384.396.82	17.110.726,56	17.554.138.00	13.581.356,17	23.618.988,00	26.176.659.00	28.584.282.00
Rendimentos de Anlicacões Financeira	1.668.702.01	1.059.696.82	305.761.29	3.557.138.00	468.356,17	4.781.838,00	5.017.694,00	5.265.602,00
Outras Receitas Patrimoniais	11.086.800.00	10.324.700.00	16.804.965.27	13.997.000.00	13.113.000.00	18.837.150,00	21.158.965,00	73.318.680,00
Receita Agropecuária	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Receita Industrial	0.00	00.00	0.00	0.00	0.00	0.00	000	000
Remita Servicos	21.147.937.03	22.551.790.75	24.931.439.66	26.043.077.83	29.938.040.37	49,643,177,69	51.557.445,69	53.534.021,69
Transferências Correntes	104.481.537.70	131.044.113.08	149,772,642,20	154,431,115,82	208.732.451,69	246.831.742,00	259.174.096,00	272.133.612.00
Cota-Parte do FPM	46.261.607.56	50.275.591.00	48.060.914.20	58.395.000,00	68.200.000,00	91.500.000,00	96.075.000,00	100.879.000,000
Cota-Parte do ICMS	15,676,305,28	15,413,172,74	15.545.380.24	21.000.000,00	22.000.000,00	23.500.000,00	24.675.000,00	25.909.000,00
Cota-Parte do IPVA	8.674.265.11	9,434,554,77	10.340.249.02	13.000.000.00	14.000.000,00	14.700.000,00	15,435,000,00	16.207.000,00
Cota-Parte do ITR	63.570.67	61.565.29	60.880.45	69.500.00	70.000.00	100,000,00	105.000.00	110.000,00
Transferências LC 87/1996	100.098,24	0.00	0000	115.000.00	00.00	000	000	0000
Transferências I.C 61/1989	271.760.25	242,322.89	253,961.34	312.000.00	300.000.00	315.000,00	331,000,00	348.000,00
Transferências do FUNDEB	0.00	0.00	0.00	0.00	00.00	0.00	00.00	0.00
Outras Transferências Correntes	33,433,930,59	55.616.906.39	75.511.256.95	61.539.615.82	104.162.451.69	116.716.742,00	122.553.096,00	128.680.612.00
Outras Receitas Correntes	11.406.432.64	15.305.851.71	14.604.628.32	14.420.365,00	16.964.945.00	22.352.947.00	24,049,454,00	25.766.838,00
DEDITOES (II)	13.463.153.86	14,283,783,61	14,057,825,39	17.746.900.00	19.874.000.00	24.123.000.00	25,329,200,00	26.595.800,00
Contrib do Servidor para o Plano de Previdência	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	00.0	0,00
Commensação Financiente Regimes Previdência	0.00	0.00	0.00	0.00	0,00	0,00	00.00	0,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	13,463,153,86	14,283,783,61	14.057.825,39	17.746.900,00	19.874.000,00	24.123.000,00	25.329.200.00	26.595.800,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I - II)	176.995.368.54	213.282.781.17	244.746.873.67	256.587.892.65	354.569.993.23	422.352.172,69	446.316.821,69 471.237.556,69	471,237,556,69
	The section appearance and the section appearanc	н на стити и поперацияльная на населения по на надажения от поставления в поста				anderson statement of the statement of t		

Secretário Municipal de Planejamento

www.elotech.com.br



MUNICIPIO DE SARANDI Estado do Paraná

Prefeito Municipal

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULODAS METAS ANUAIS II - DESPESAS

Art 4°, § 2°, inciso II da LRF

2023

		Consolidado	-	**************************************		17.0
	REALG	ZADA	ORÇADA	×	PREVISÃO	4 444 - 100
ESPECIFICAÇÃO	2020	2021	2022	2023	2024	2025
DESPESAS CORRENTES (I)	215,087,153,64	250.186.065,10	285.888.518.69	352,920,685,01	370.921.248,01	389.359.210,01
Pessoal e Encargos Sociais	133.132.203,87	143,974,714,70	175.137.460,08	211.856 336.00	222.715.301,00	234.193.216,00
Juros e Encargos da Dívida	750,668,84	1,249,306,98	1.500.000,00	2.500.100,00	2,625,100,00	2,756,350,00
Outras Despesas Correntes	81,204,280,93	104.962.043.42	109.251.058.61	138.564.249.01	145.580.847,01	152,409,644,01
DESPESAS DE CAPITAL (II	28.329.347,94	25.370.760.73	78.087.993,53	86.444.392,09	87.556.537.09	89.155.635,09
Investimentos	25.455.286,89	21,579,828,40	73.682.993,53	77.209.679,09	77,889,725,09	79.002.691,09
Inverções Financeiras	0.00	0.00	0,00	0.00	0.00	0,00
Amortização da Dívida	2.874.061.05	3,790,932,33	4.405.000,00	9.234.713,00	9.666.812,00	10.152,944,00
RESERVA DE CONTINGENCIA (III	0,00	0,00	28.624.874.10	34.542.622,90	39.394.563,90	44.278.238,90
TOTAL (IV=(I+II+III)	243.416.501,58	275,556,825,83	392.601.386,32	473.907.700,00	497.872.349,00	522.793.084,00

SARANDI 24 de abril de 2023

Comentários

Alcides Ferreira

Secretário Municipal de Planejamento

24/04/2023 Pághrás 20000

MUNICÍPIO DE SARANDI RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL 10/2022 A 09/2023 R\$ 1,00

RGF - ANEXO 1 (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a")

						DESPESA	LIQUIDADAS	LIQUIDADAS	Meses					INSCRITAS EM
DESPESA COM PESSOAL	Out/2022	Nov/2022	Dez/2022	Jan/2023	Fev/2023	Mar/2023	Abr/2023	Mai/2023	M Jun/2023	Jul/2023	Ago/2023	Set/2023	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b) 2
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	14.490.911,89	14.675.232,81	28.822.716,75	14.942.247,28	15.397.432,25	24.352.851,04	16.972.689,66	17.034.987,63	16.962.659,69	16.993.100,16	17.088.518,45	17.296.773,92	215.030.121,53	869.917,66
Pessoal Ativo	11.834.907,74	12.136.288,85	24.150.621,07	12.531.610,66	12.947.201,78	21.461.308,88	13.897.211,10	13.865.526,24	14.094.945,23	14.091.078,35	13.815.068,00	14.132.460,96	178.958.228,86	220.265,05
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	10.443.633,78	10.751.173,94	21.438.999,57	11.009.941,00	11.442.614,65	19.862.744,73	12.312.658,24	12.288.624,04	12.514.759,71	12.512.409,89	12.237.783,67	12.557.901,41	159.373.244,63	220.265,05
Obrigações Patronais	1.391.273,96	1.385.114,91	2.711.621,50	1.521.669,66	1.504.587,13	1.598.564,15	1.584.552,86	1.576.902,20	1.580.185,52	1.578.668,46	1.577.284,33	1.574.559,55	19.584.984,23	00'0
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.184.909,31	2.213.009,88	4.304.518,32	2.410.636,62	2.354.648,26	2.558.124,46	2.588.692,75	2.618.787,19	2.604.452,55	2.613.631,92	2.613.447,86	2.620.418,96	31.685.278,08	13.881,34
Aposentadorias, Reserva e Reformas	1.893.206,18	1.921.684,49	3.728.568,01	2.104.943,18	2.034.762,99	2.193.953,37	2.250.523,91	2.278.740,69	2.280.318,62	2.285.371,97	2.289.421.40	2.297.760,02	27.559.254,83	12.920,06
Pensões	291.703,13	291.325,39	575.950,31	305.693,44	319.885,27	364.171,09	338.168,84	340.046,50	324.133,93	328.259,95	324.026,46	322.658,94	4.126.023,25	961,28
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da I.RF)	471.094,84	325.934,08	367.577,36	00'0	95.582,21	333.417,70	486.785,81	550.674,20	263.261,91	288.389,89	660.002,59	543.894,00	4.386.614,59	635.771,27
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (exceto elemento 34)	00'0	00'0	00'0	00'0	00'0	000	00'0	00'0	00'0	00'0	00'0	00'0	00'0	4/4
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	00'0	00'0	00'0	00'0	00'0	00'0	00'0	00'0	00'0	00'0	00'0	00'0	00'0	00'0
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	2.877.447,03	2.778.858,32	4.793.782.95	2.620.061,85	2.538.208,46	10.934.566,16	3.597.968,85	3.568.090,18	3.596.411,86	3,425,125,19	3.397.303,33	3.485.269,99	47.613.094,17	13.88
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	252.436,26	385.854,61	50.073,30	209.425.23	:83.560,20	7.872.877.44	487.665,30	436.743,34	448.106,64	486.076,85	453.217,25	345.122,11	11.611.158,53	
Decorrentes de Decisão Judicial de periodo anterior ao da apuração	00'0	00'0	00'0	00'0	00'0	00'0	00'0	00'0	00'0	00.00	0,00	00'0	00'0	00'0
Despesas de Exercícios Anteriores de periodo anterior ao da apuração ³				•			•							
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados4	2.184.909,31	2.213.609,88	4.304.518,32	2.410.636,62	2.354.648,26	2.558.124,46	2.588.692,75	2.618.787,19	2.604.452,55	2.613.631,92	2.613.447,86	2.620.418,96	31.685.278,08	13.88
Despesas rusteadas com recursos financeiros repassados pela União para pagamento do vencimento ou de qualquer outra vantagem dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate ás endemias (§ 11, EC 120/2022)	440.101.46	179.993,83	439.191.33	0000	00'0	503.564,26	52:.610,80	512.559,65	543.852,67	325.416,42	330.638,22	519.728,92	4.316.657,56	
tiva TCE	00'0	00'0	0,00	00'0	00'0	00'0	0,00	00'0	00'0	0,00	00'0	00'0	00'0	
Pensionistas 1	00'0	00'0	00'0	00'0	0.00	00'0	00.00	0,00	0.00	0,00	00'0	0,00	0,00	9 8

Fonte: Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal (SIM-AM), Tribunal de Contas do Estado do Paraná Dados processados em: 28/10/2023 03:33 | Relatório emitido em: 31/10/2023 15:13

598 124

MUNICÍPIO DE SARANDI	RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO	ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL	10/2022 A09/2023
----------------------	--	--	--------------------------------------	------------------

00'0

000

0000

00'0

00'0

00'0

00'0

00'0

0.00

00'0

00'0

00'0

000

000

IRRF

DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	11.613.464,86	11.896.374,49	24.028.933,80	12.322.185,43	12.859.223,79	13.418.284,88	13.374720,81	13.466.897,45	13.366.247,83	13.567.974,97	13.691.215,12	13.811.503,93	167.4:7.027,36	856.036,32
		APURA	APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	RIMENTO DO	LIMITE LEGAL					VA	VALOR	% SO	% SOBRE A RCL AJUSTADA	USTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	0										348.108.898,68	89		
(-) Transferèncias obrigator: us da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	ı relativas às emu	endas individuais	s (art. 166-A, § 1º,	da CF) (V)							1.102.000,00	00	•	
(-) Transferèncias obrigatór: as da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	o relativas às emo	endas de bancada	ı (art. 166, § 16, d	a CF) (VI)							0	00'0	•	
(-) Recursos destinados ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	ios agentes com	mitários de saúd	e e dos agentes de	combate às end	emias (§ 11 do ar	t. 198, da CF - EC	: 120/22) (VII)				3.895.632,00	00	•	
RECEITA CORRENTE LIQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI - VII)	JA PARA CÁLCUI	O DOS LIMITES	DA DESPESA COM	PESSOAL (V!I)	= (IV - V - VI - VII)				7		343.111.266,68	89	•	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	VIII) = (III a + III	p)							5, 5,		168.273.063,68	89'	49,04%	
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III do art 20 da LRF) - 54%	lo art 20 da LRF)	- 54%							1		185.280.084,01	10,	54%	
LIMITE PRUDENCIAL (X) (parágrafo único do ar.22 da LRF) - 51,3%	iico do art.22 da	LRF) - 51,3%									176.016.079,81	,81	51,3%	
LIMITE DE ALERTA (XI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 48,6%	1º do art. 59 da l	.RF) - 48,6%							- The state of the		166.752.075,61	19,	48,6%	

.. Aplica-se também ao Poder Legislativo esta MEMÓRIA DE CÁLCULO, no entanto, se faz necessário ajustá-la de acordo com o disposto na LRF.

2. Nos demonstrativos elaborados no primero e no segundo quadrimestre de cada exercicio, os valores da coluna: "INSCRLTAS EM RESTOS A PAGAR NÃO FROCESSADOS (b)", relativos aos valores inscritos em 31 de dezembro do exercicio anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores

não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser exclusios. No entamo, excepcionalmente, para o exercicio de 2023, considerando que houve ajuste no cálculo desta columa, estes valores poderão ser divergentes dos apuração mão serão apresentados valores, tendo em vista que no momento que a entidade efectua o recomhecimento e apropriação de despesas não empenhadas, por meio da utilização das tabelas:
Despesasa valorementos es períodos anterior ao da apuração não serão apresentados valores, tendo em vista que no momento que a entidade efectua o recomhecimento e apropriação de despesas Patronals...)
Despesas Valoridação, Sobrigações Patronals...)
A partir de 2021, os valores proseados ao RPPS a titulo de constructor a estáncias financeiras e déficit financeiro, especificamente nas contas addizase + coficuidos deverá efetuar a 13.5.1.3.1.0.01, el 3.5.1.3.2.0.01, se a 20.3.1.0.01 el 3.5.1.3.2.0.01, deverá efetuar o repassas para cobertura de insufficiencias financeiras e demonstrativo. Destaca-se, ainda, que a partir de 2022 cada poder (executivo e legislativo) deverá efetuar o repassas para cobertura do déficit para apuração. possibilitar o ajuste do calculo.

5. De acordo com o art. 15, da LC 128, o Poder ou oigão cuja despesa total com pessoal ao término do exercicio de 2021 estiver acima do limite estabelecido no art. 20 da LRF poderá eliminar o excesso à razão de, pelo menos, 10% (dez por cento) a cada exercicio a partir de 2023, de forma que, ao final de 2035, cada Poder ou órgão esteja enquadrado nos limites estabelecidos no art. 20 da LRF. 5.1. A verificação da redução será apresentada no demonstrativo do último quadrimestre/semes;re de cada ano, a partir de 2023.

5.2. Caso a redução de 10% não tenha sido observada ao final de determinado exercício, aplicam-se as restrições ao §3º do art. 23 da IRF. No enhanto, havendo a regularização no primeiro ou no segundo quadrimestre do exercício seguinte, as restrições serão suspensas a partir da constatação da

5.3. Caso o Poder ou órgão se enquadre no limite antes do prazo de 10 anos estabelecido pela Le, eles passarão a observar, no momento do enquadramento, as contagers de prazo e as disposições do art. 13 da LRF.

5.4. O disposto no art. 15 da LC 178/2021 não se aplica aos Poderes ou órgãos que não estiverem com o limite da despesa com pessoal excedido ao final do exercicio de 2021. Assim, caso o ente ultrapasse o limite em momento posterior (por exemplo, no primeiro quadrimestre/semestre de 2022) deverá observar as contagens de prazo e as disposições estabelecidas no caput do art. 23 da LRF.

6. A Instrução Normativa TCE/PR 56/2011, a partir de agosto/22, deixa de ser aplicada para fins de apuração do indice de pessoal com base na Instrução Normativa TCE/PR 56/2011, a partir de agosto/22, deixa de ser aplicada para fins de apuração do indice de pessoal com base na Instrução Normativa TCE/PR 56/2011, a partir de agosto/22, deixa de ser aplicada para fins de apuração do indice de pessoal com base na Instrução Normativa TCE/PR 56/2011, a partir de agosto/22, deixa de ser aplicada para fins de agosto/2012 no Diário Eletrônico do TCE-PR



RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL 01/2022 A 12/2022 MUNICÍPIO DE SARANDI

RS 1,00

RGF - ANEXO 1 (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a")

	INSCRITAS EM	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b) 2	841.666,29	170.265,05	170.265.05	00'0	00'0	00'0	00'0	671.401,24	00.0	00'0	00'0	000	00'0	•	00'0	0.00	00'0	9 8
	Z	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) PI (a)	181.661.432,65	151.430.587,69	133.983.681,92	17.446.905,77	26.911.284,20	23.209.996,30	3.701.287,90	3.319.560,76	00'0	0,00	32.252.883,50	3.841.925,73	00'0		26.911.284,20	:.499.673,57	00'0	0.00
		De1/2022	28.822.716,75	24.150.621,07	21.438.999,57	2.711.621,50	4.304.518,32	3.728.568,01	575.950,31	367.577,36	00'0	0000	4.793.782,95	50.073,30	00'0		4.304.518,32	439.191,33	00'0	00'0
		Nov/2022	14.675.232,81	12.136.288,85	10.751.173,94	1.385.114,91	2.213.009,88	1.921.684,49	291.325,39	325.934,08	00'0	0,00	2.778.858,32	385.854,61	0,00	•	2.213.009,88	179.993,83	00'0	00'0
		Out/2022	14.490.911,89	11.834.907,74	10.443.633,78	1.391.273,96	2.184.909,31	1.893.206,18	291.703,13	471.094,84	00'0	000	2.877.447,03	252.436,26	00'0		2.184.909,31	440.:01,46	00'0	00'0
(sess)	S. 1875 A. S. 1875	Set/2022	14.391.138,99	11.974.229,91	10.581.879,94	1.392.349,97	2.163.746,31	1.873.992,21	289.754,10	253.162,77	0.00	00'0	2.962.905,93	358.772,67	00'0		2.163.746,31	440.386,95	00'0	00'0
DESPESAS EAECUTADAS (Ultimos 12 Meses)		Ago/2022	15.:7:.916,49	12.684.229,7:	11.227.829,98	1.456.399,73	2.135.095,39	1.845.451,83	289.643,56	352.591,39	00.0	0,00	2.809.996,33	674.900,94	00'0		2.135.095,39	00.0	00'0	0.00
EAECUIADAS	LIQUIDADAS	[u]/2022	14.623.024,63	12.105.320,02	10.690.105,50	1.415.214,52	2.095.378,79	1.808.561,68	286.817,11	422.325,82	00'0	00'0	2.395.996,99	300.618,20	00'0	•	2.095.378,79	00'0	00'0	00'0
טרטם זטמע	7	Jun/2022	14.043.136,13	11.531.546,46	10.166.876,04	1.364.670,42	2.073.083,32	1.791.035,20	282.048,12	438.506,35	00'0	000	2.250.094,92	177.011,60	00'0	•	2.073.083,32	0.00	00'0	00'0
		Mai/2022	14.084.721,73	11.690.568,81	10.344.611,93	1.345.956,88	2.065.824,53	1.784.520,10	281.304,43	328.328,39	00'0	0.00	2.537.541,60	47:.717.07	00'0	•	2.065.824,53	00'0	00'0	00'0
		Abr/2022	13.478.887,80	11.368.829,57	10.047.651,38	1.32::178,19	2.032.922,36	1.754.261,48	278.660,88	77.135.87	00'0	00'0	2.:74.952,65	: -2.030,29	0,00	-,	2.032.922,36	00'0	00'0	0,00
		Mar/2022	14.119.900,88	11.827.411,46	10.514.454,03	1.312.957,43	2.009.585,53	1.732.491.68	277.093,85	282,903,89	0,00	00'0	2.785.813.37	776.227,84	0,00	•	2.009.585,53	0,00	00'0	20'2
		Fev/2022	12.178.640,17	10.352.236,04	9.178.417.66	1.173.818,38	1.826.404,13	1.543.796,36	282.607,77	00'0	00'0	00'0	2.015.327,33	188.923,20	00'0	•	1.826.404,13	0.00	00'0	00'0
		Jan/2022	11.581.204,38	9.774.398,05	8.598.048,17	1.176.349,88	1.806.806,33	1.532.427,08	274.379,25	00'0	00'0	00'0	1.870.166,08	63.359,75	00'0	•	1.806.806,33	00'0	00'0	00'0
		DESPESA COM PESSOAL	DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	Pessoal Ativo	Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	Ohrigações Patronais	Pessoal Inativo e Pensionistas	Aposentadorias, Reserva e Reformas	Pensões	Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (exceto elemento 34)	Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração ³	Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados4	Despesas custeadas con: recursos financeiros repassados pela União para pagamento do vencimento ou de qualquer outra vantagem dos agentes commitários de saúde e dos agantes de combro de saúde e dos agantes de combro de soude e dos	11, EC 120/2022	S6/2017

124

Fonte: Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal (SIM-AM), Tribunal de Contas do Estado do Paraná Dados processados em: 18/02/2023 00:51 | Relatório emitido em: 31/03/2023 10:57

MUNICÍPIO DE SARANDI RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

01/2022 A 12/2022

DESI ESA EQUIDA COM E ESSOAL	IRRF		0,00	0,00	0.00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	DESPESA LIQU (III) = (1 - II)	IDA COM PESSOAL	9.711.038,30	10.163.312,84	11.334.087,51	11.303.935,15	11.547.180,13	11.793.041,21	12.227.027,64	2.361.920,16	11.428.233,06	11.613.464,86	11.896.374,49	24.028.933,80	149.408.549,15	841.666,29

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	320.361.275,95	•
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	907.000,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	
(-) Recursos destinados ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	2.081.450,00	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI - VII)	317.372.825,95	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	150.250.215,44	47,34%
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%	171.381.326,01	54%
LIMITE PRUDENCIAL (X) (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%	162.812.259,71	51,3%
LIMITE DE ALERTA (XI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 48,6%	154.243.193,41	48,6%

NOTA

- 1. Aplica-se também ao Poder Legislativo esta MEMÓRIA DE CÁLCULO, no entanto, se faz necessário ajustá-la de acordo com o disposto na LRF.
- 2. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser Informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.
- 3. Na linha denominada "Despesas de exercícios anteriores de período anterior ao da apuração" não serão apresentados valores, tendo em vista que no momento que a entidade efetua o reconhecimento e apropriação de despesas não empenhadas, por meio da utilização das tabelas:
 DespesaNaoEmpenhada e Apropriação DespesaNaoEmpenhada do SIM-AM, estes valores já são incluidos/deduzidos nas respectivas linhas do demonstrativo de acordo com a despesa (Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis; Obrigações Patronais...).
- A. A partir de 2021, os valores repassados ao RPPS a título de cobertura de insuficiências financeiras e déficit financeiro, especificamente nas contas cdClasse + cdGrupo + cdSubGrupo + c
- 5. De acordo com o art. 15, da LC 178, o Poder ou órgão cuja despesa total com pessoal ao término do exercício de 2021 estiver acima do limite estabelecido no art 20 da LRF poderá eliminar o excesso à razão de, pelo menos, 10% (dez por cento) a cada exercício a partir de 2023, de forma que, ao final de 2032, cada Poder ou órgão esteja enquadrado nos limites estabelecidos no art. 20 da LRF.
- 5.1. A verificação da redução será apresentada no demonstrativo do último quadrimestre/semestre de cada ano, a partir de 2023.
- 5.2. Caso a redução de 10% não tenha sido observada ao final de determinado exercício, aplicam-se as restrições do §3º do art. 23 da LRF. No entanto, havendo a regularização no primeiro ou no segundo quadrimestre do exercício seguinte, as restrições serão suspensas a partir da constatação da redução.
- 5.3. Caso o Poder ou órgão se enquadre no limite antes do prazo e as disposições do art. 23 da LRF.
- 5.4. O disposto no art. 15 da LC 178/2021 não se aplica aos Poderes ou órgãos que não estiverem com o límite da despesa com pessoal excedido ao final do exercicio de 2021. Assim, caso o ente ultrapasse o limite em momento posterior (por exemplo, no primeiro quadrimestre/semestre de 2022) deverá observar as contagens de prazo e as disposições estabelecidas no caput do art. 23 da LRF.
- 6. A instrução Normativa TCE/PR 56/2011, a partir de agosto/22, deixa de ser aplicada para fins de apuração do indice de pessoal com base na Instrução Normativa TCE/PR 174/2022, publicada em 16/08/2022 no Diário Eletrônico do TCE-PR.



MUNICÍPIO DE SARANDI RELATORIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL 01/2021 A 12/2021

RGF - ANEXO 1 (LRF, Art. 55, inciso I, alinea "a")

RS 1.00

		3,50,50				DESPESAS	EXECUTADA	S (Últimos 12	Meses)					
							LIQUIDADAS						1962	INSCRITAS EM
DESPESA COM PESSOAL	Jan/2021	Fe v/⊘i02 1	Mar/2021	Abr/2021	Mai/2:021]ss/2021	jul/2021	Ago/2021	Set/2021	Out/2021	Nov/2021	Dez/20≥1	TOTAL (CLTIMOS TL2MESES) (a)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	10.166.295,111	10.41 475.03	11.599.344,49	10.995.951,55	11.117.307.96	18,792,889,04	11.015.897,70	11.314.958,18	10.749.390,17	10.515.719,72	10.613.548.93	24.419.6% 1.34	1-43/14 769,22	1.085.148,14
Pessoal Ativo	8.7.11.375,51	8,90(3,599,31	9,577,904,78	9.240.029,04	899:1.535,10	3:944.701,18	8.908.534,75	9.063.666,23	8.768153.55	8.587,394,99	8.765.516.63	28,779,9/86,31	#1152-21678.08	170.752,19
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	7.696663,16	7.85%, [81,41	8.528.065,62	8.191.576,21	7.94 5) 931,42	7,898,906,07	7.867.374,77	8.016.773,13	7,729501,06	7.581.636,82	7.777.062,73	18.815.5-46.78	1,05500,239,68	170.752,19
Obrigações Patronais	1.014.7(2,35	105/23/360	1.049.819.16	1.048,452,83	1.04 N.686,18	1.045.795,11	1.041.159,98	1.046.893,10	1.038.752,49	1.005,758,17	1.008.453.90	1,964,4 399,53	13362.438,40	0,00
Beneficios Previdenciários	e.en	дар	0,00	9,00	8,90	0,00	0.00	0,00	0,00	0,00	0,00	0.00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.454/199,60	1.45/8/8/6/02	1.498,792,71	1.543.053,51	1.57 - 479.36	1.576,739,86	1.571.219.95	1.585 547,95	1.5:94597.62	1.607.246,73	1.559.402.30	3.047,9-63,03	20972.768,14	6.286,28
Aposentadorias, Reserva e Reformas	1.256+13,46	1,25%,412.46	1.291.751,65	1.325.428,94	1334.0002	1.335.401,46	1.335.790,18	1.345 894,56	1,357,65,63	1,369,123,19	1.322.375.49	2.590, 1.39,98	15120,370,12	5.154,72
Pensões	198506.14	20238.56	207.041,06	217.625.47	24/1/4/1/34	241.338,40	235.429,77	239.653,39	236391,99	238.123,54	237.026,81	457.8523.05	1352.398,02	1:131,56
Outros Beneficios Previdenciários	0.001	0,000	0,00	0,00	3.30	0,00	0,00	0,00	9,60	0.00	0,00	0.00	0,0,0	0,00
Outras Despesas de Possoal decorrentes de Contratos de fesiceirização (§ 1º do art. 18 da IRF)	0,00	Salenioo	522.647,00	212.869,00	\$57,223.00	271,448,00	536.143,00	664.844,00	366,319,00	321.078,00	268.630,50	591.5132.98	629,323,00	908,109,67
Outras Despesas de Pessoal lectorrentes de Contratos de fesiceirização (exceto elemento 34)	0,03	7,00	9.00	9,00	0.90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.00	6,30	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamenta	6,00	4,241	0,00	0,00	3,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,00	6,60	0,00	0,00
NESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1° 8) urt. 19 da LRF) (II)	1.461.963,77	1.51.6.63.45	1,996,134,65	1.910.479.35	1.77 . 277,10	1.683.975,19	1.709.572,94	1,753,982,03	1 641.327.67	1.754.376,29	1 790,284,65	3.073,0235,45	2192-6.432,74	6.286,28
Eridenizações por Demissão e ocientivos à Demissão Voluntária	27,844,12	FR1 217.43	497.341,94	367,425,84	15-6798.24	167.235,33	138,352,99	166.434,05	46730.23	147 129,56	230,982 35	25.1072.42	.253.664 . 60	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de estido anterior ao da apuração	9,05	aca	0,00	0,00	00	0.00	0.00	0,00	GAN:	0.00	2,00	6.00	0,00	0,00
⊝espesas de Exercícios Anteriores e período anterior ao da aparação ¹	a de la constanta de la consta		۰				,	٠		ž			14	
Enativos e Pensionistas com estursos Vinculados	(494919.6C)	1.4.55 Hollin,012	1.498.792,71	1.543.953,51	1,50 - 4 ° 30	L526,739,86	1.571.219,95	1.585.547,95	1 594397,87	1.607.246,73	1.559.482.30	3.047. 5963,03	21572.768,14	6.286,28
Instrução Normativa TCE/PR 6-/2011	9.00	0.610	0,00	0,00	200	0.00	0,00	9,09	opa	6,00	2.00	c,co.	6,00	0,00
Pensionistan	0.011	u.oc	ri,od	9.00	3.40	0.00	0,00	6,08	1) (11)	9,00	3,00	6.00	0,00	0,90
A C	0.60	a deft	0,00	0,00	500	0,00	00.0	0.00	G _i ().:	0.00	3,60	0,00	0,00	CFT 0,00

Ponte: Sistema de informações Municipais - Aicomparimento Mensal (SIM-AM), Tribunal de Comas do Estado do Paraná Dados processados em: 04/03/2022 20:58 | Ruelatório emitido em: 12/08/2022 16:00

F

MUNICÍPIO DE SARANDI

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

01/2021 A 12/2021

DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL 8.684.331,34 8.904.431,58 9.603. (III) = (I - II)	9.085.472,20	9.396.040,86	9.108.913,85	9.306.324,76	9.560.076,15	9.108.062,30	8.761.343,43	8.823.264,28	21.346.845,89	121.688.336,48	1.078.861,86
APURAÇÃO DO	UMPRIMENTO DO	LIMITE LEGAI			A.E		VA	LOR	% S	OBRE A RCL AJ	USTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)								272.216.99	01,65	•	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166	4, § 1º, da CF) (V)							1.952.00	00,80	8.0%	
\int (-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de $ m bancada$ (art. 166	§ 16, da CF) (VI)								0,00	•	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPE	A COM PESSOAL (VII)	= (IV - V - VI)				- 1		270.264.9	83,65		
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)								122.767.1	98,34	45,42%	
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III do art 20 da LRF) - 54%								145.943.0	91,17	54%	
LIMITE PRUDENCIAL (X) (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%								138.645.9	36,61	51,3%	
LIMITE DE ALERTA (XI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 48,6%					W85536 - 44 - 24 84 84 50 98 80 98 -			131.348.7	82,05	48,6%	

Fonte: Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal (SIM-AM), Tribunal de Contas do Estado do Paraná Dados processados em: 04/03/2022 20:58 | Relatório emitido em: 12/08/2022 16:00



CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI CNPJ 78.844.834/0001-70

Avenida Maringá, 660 – CEP 87111-000 – Sarandi – Pr. Fone: (44)-4009-1750

E-mail: legislativo@cms.pr.gov.br Site: www.cms.pr.gov.br

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL – CLJRF.
COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS – COF.
COMISSÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS – COSP.
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO SAÚDE E ASSISTÊNCIA – CESA.

PARECER CONJUNTO do Projeto de Lei Complementar nº 598/2024.

Relator: Gilberto Messias de Pinas.

O RELATOR DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL DESIGNADO PELO PRESIDENTE DA REUNIÃO PARA EXARAR PARECER CONJUNTO DAS COMISSÕES DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL, ORÇAMENTO E FINANÇAS, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS E EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA, passa a relatar sobre o Projeto de Lei Complementar nº 598/2024, do Poder Executivo Municipal, o qual o qual Dispõe sobre a alteração na Lei Complementar nº 248, de 17 de dezembro de 2010, na forma que especifica, e dá outras providências, atendeu aos critérios de técnica legislativa e outros requisitos formais, não havendo demais observações, sendo este seu relatório.

Conclui-se pela admissibilidade, por cumprir mandamentos legais e constitucionais, não havendo vícios formais e procedimentais no que diz respeito a sua propositura, e tem mérito. Sendo assim, o Relator exara Parecer **FAVORÁVEL** ao Projeto cabendo ainda a decisão final ao Soberano Plenário deste Colendo Legislativo.

Sala das Comissões Permanentes da Câmara Municipal aos 20 dias do mês de março de 2024.

Pelas Conclusões:

DIONIZIO APARECIDO VIARO.

Presidente da CLJRF

MLBERTO MESSIAS DE PINAS.

Presidente da COF

BELMHRO DA SILVA FARIAS. Relator e Vice-Presidente da CLJRF

GILBERTO MESSIAS DE PINAS. Membro da CLJRF

> IRENI MOURA FARIAS. Vice-Presidente da COF

DIONIZIO APARECIDO VIARO Membro da COF

1



Same and the same of the same

Página 1 de 2



CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI CNPJ 78.844.834/0001-70

Avenida Maringá, 660 – CEP 87111-000 – Sarandi – Pr.

Fone: (44)-4009-1750

E-mail: <u>legislativo@cms.pr.gov.br</u> Site: <u>www.cms.pr.gov.br</u>

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL – CLJRF.
COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS – COF.
COMISSÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS – COSP.
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO SAÚDE E ASSISTÊNCIA – CEŞA.

BELMIRO DA SILVA FARIAS.
Presidonte da COSP

ERASMO CARDOSO PEREIRA. Vice-Presidente da COSP

FÁBIO DE SOUZA SILVEIRA. Membro da COSP

IRENI MOURA FARIAS.
Presidente da CESA

ERASMO CARDOSO PEREIRA. Vice-Presidente da CESA

FÁBIO DE SOUZA SILVEIRA. Membro da CESA

Visto da Presidência

Página 2 de 2



CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI CNPJ 78.844.834/0001-70

Avenida Maringá, 660 – CEP 87111-000 – Sarandi – Pr.

Fone: (44)-4009-1750

E-mail: <u>legislativo@cms.pr.gov.br</u> Site: <u>www.cms.pr.gov.br</u>

DESPACHO DE ARQUIVAMENTO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 598/2024.

EMENTA: DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 248, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010, NA FORMA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

APROVADO EM PRIMEIRA DISCUSSÃO NA 8ª SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 25/03/2024 POR UNANIMIDADE COM 10 VOTOS FAVORÁVEIS.

APROVADO EM SEGUNDA DISCUSSÃO NA 9ª SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 01/04/2024 POR UNANIMIDADE COM 10 VOTOS FAVORÁVEIS.

VEREADOR	DISCUSSÃO ÚNICA	1ª DISCUSSÃO	2ª DISCUSSÃO
ADRIANO F. AMORIM		SIM	SIM
ANTONIA E. F. DE AGUIAR		SIM	SIM
BELMIRO DA SILVA FARIAS	3	SIM	SIM
DIONIZIO APARECIDO VIARO		SIM	SIM
ERASMO CARDOSO PEREIRA		SIM	SIM
EUNILDO ZANCHIM		SIM	SIM
FÁBIO DE SOUZA SILVEIRA		SIM	SIM
GILBERTO MESSIAS DE PINAS		SIM	SIM
IRENI MOURA FARIAS		SIM	SIM
KEILA BATISTA ZEGOBIA		SIM	SIM

SARANDI, 25/04/2024.

OFICIAL LEGISLATIVO – MATRÍCULA Nº 134

